



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

LEI Nº569/2001

Súmula: Institui o Código Tributário do Município de Rio Branco do Sul e dá outras providências.

O povo do Município de Rio Branco do Sul, por seus representantes, da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a presente lei:

Título I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 1º. O Código Tributário do Município de Rio Branco do Sul compõe-se dos dispositivos constantes desta Lei, obedecidos os mandamentos da Constituição da República Federativa do Brasil, os das leis complementares e os do Código Tributário Nacional.

Art. 2º. Os tributos do município são os seguintes:

I - Impostos:

- a) sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- b) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- c) sobre Transmissão "inter-vivos" de Bens Imóveis.

II - Taxas:

- a) pelo Exercício do Poder de Polícia;
- b) pela Efetiva ou Potencial Utilização de Serviços.

III - Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

Capítulo II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 3º. O Município de Rio Branco do Sul, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional e deste código, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 4º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da constituição.

§ 1º. A atribuição compreendendo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º. A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 3º. Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa jurídica de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Capítulo III

LIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE TRIBUTAR

Art. 5º. É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que encontram-se em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - utilização de tributos com efeito de confisco;

IV - instituir imposto sobre:

a) patrimônio ou serviços relativos as outras esferas governamentais;

b) templo de qualquer culto;

c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º. A vedação do inciso IV, do artigo 5º, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio,



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

à renda e aos serviços, vinculadas às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º. As vedações do inciso IV, do artigo 5º, alínea “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, a renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, e nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º. As vedações expressas no inciso IV, do artigo 5º, alíneas “b” e “c” , compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionada.

§ 4º. O disposto no, inciso IV não exclui a atribuição, por lei às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratória do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º. O disposto na alínea “c “ do inciso IV é subordinado à observância, pelas entidades nele referida dos requisitos seguintes:

- a) não distribuïrem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, que possa representar rendimento, ganho ou lucro, para os respectivos beneficiários;
- b) aplicarem integralmente no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

§ 6º. Na falta de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício, ficando o sujeito passivo obrigado ao recolhimento da obrigação tributária dos últimos cinco exercícios financeiros no prazo de trintas dias a contar da data da notificação.

Título II

IMPOSTOS

Capítulo I

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Seção I Do Fato Gerador

Art. 6º. O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como hipótese de incidência a prestação de serviços por empresas ou por profissionais autônomos de qualquer categoria, em caráter habitual, eventual ou intermitente com ou sem estabelecimento fixo.

Art. 7º. Para efeito de incidência considera-se:

- a) empresa: é toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive as sociedades civis, ou de fato que exercer atividades econômicas com prestação de serviços, bem como o prestador individual de serviços que contar com o trabalho de mais que duas pessoas, empregados ou não, ou com um ou mais, profissionais da mesma qualificação do empregador, firma individual e cooperativas;
- b) profissional autônomo: é todo aquele que fornecer o próprio trabalho, habitualmente, sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, no máximo com dois auxiliares, empregados ou não, que não possua a mesma habilitação profissional do empregador;
- c) trabalhador avulso: é aquele que exerce atividades de caráter eventual, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;
- d) estabelecimento prestador de serviço: é o local onde sejam planejados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização o fato de que seja sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, garagem, canteiro de obras, depósito ou outras repartições da empresa prestadora de serviço, bem como o fato de que o pessoal, prédio, materiais, máquinas, veículos e equipamentos utilizados, sejam próprios, contratados, alugados ou emprestados.

Parágrafo único. Caracteriza-se como estabelecimento prestador de serviço, aquele que, para a execução da atividade, reúna um ou mais dos seguintes elementos:

- a) a manutenção de pessoal, materiais, máquinas, veículos, instrumentos ou equipamentos necessários para a execução dos serviços;
- b) estrutura organizacional, administrativa ou operacional, manifestada através da sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, canteiro de obras, depósito e outras repartições da empresa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários;
- d) indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federal, estadual e municipal;
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço, do telefone, em impressos e formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador de serviços ou de seu representante.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 8º. As atividades sujeitas a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza são as especificadas na lista de serviços constante do ANEXO - I, e as que mais se aproximarem, ou ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias ou materiais para sua efetiva prestação de serviço.

Parágrafo único. Cada estabelecimento do mesmo titular, ainda que simples depósito, agência, ou escritório, oficina ou garagem, é considerado autônomo para efeito de manutenção e escrituração de livros e documentos fiscais e recolhimento de imposto relativo aos serviços prestados.

Art. 9º. Considera-se local da prestação de serviços:

- a) o do estabelecimento prestador de serviços e na falta deste, o domicílio do prestador ou de seu representante;
- b) no caso de construção civil, sem sentido amplo, onde se efetuar a prestação de serviço, no local da obra.

Art. 10. A incidência do imposto é independente de:

- a) da existência do estabelecimento fixo ou não;
- b) do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares, ou administrativas relativas à prestação de serviços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- c) do fornecimento de materiais;
- d) do resultado econômico do exercício da atividade;
- e) do recebimento do preço ou resultado econômico da prestação de serviço no mesmo mês ou exercício financeiro.

Art. 11. Ficam excluídas da incidência do imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Seção II Da Alíquota e da Base Imponível

Art. 12. Os contribuintes do imposto sobre serviços, serão enquadrados no regime de tributação fixa ou variável.

Art. 13. As empresas, artigo.7º, alínea "a", serão enquadradas no regime de tributação variável sobre o valor da receita bruta mensal.

§ 1º. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço ao qual aplica-se mensalmente as alíquotas especificadas no ANEXO - VIII, parte integrante da presente lei.

§ 2º. Considera-se preço do serviço, a receita bruta sem qualquer dedução, inclusive o próprio imposto quando destacado de sua base de cálculo.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 3º. Fazem parte do preço do serviço entre outros componentes:

I - aquisição de bens, tais como: mercadorias, materiais ou serviços necessários para a execução das atividades.

II - despesas com salários, mão-de-obra, encargos sociais, energia elétrica, telefone, seguros, fretes, aluguéis, locação e conservação de bens, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza pago à terceiro, juros e encargos de operações financeiras, juros passivos, correção monetária, recebidos ou creditados e lucros, bem como despesas de viagens, estadias, alimentação, manutenção de veículos e combustíveis.

§ 4º. Não integram o preço do serviço os valores relativos a:

I - desconto ou abatimento total ou parcial, desde que previamente contratados;

II - materiais produzidos fora do local da obra pelo prestador de serviço e subempreitada comprovadamente já tributada, conforme previsto na lista de serviço ANEXO - I.

Art. 14. Os profissionais autônomos e trabalhadores avulsos conforme artigo 7º alíneas “b” e “c” serão enquadrados no regime de tributação fixa e o imposto será calculado de acordo com os percentuais anuais constante do ANEXO - VIII sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, tantas vezes quantas forem as atividades exercidas.

Seção III Da Sujeição Passiva

Art. 15. Na prestação de serviços referente aos itens 31, 32 e 33 da lista de serviços, ANEXO - I, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

a) os valores correspondentes aos materiais produzidos pelo prestador de serviços fora do local da obra, comprovadamente;

b) os valores das subempreitadas, quando já onerada pelo imposto, cabendo a comprovação por parte do prestador de serviço.

Art. 16. Contribuinte do imposto é o prestador de serviços, na ausência do mesmo seus coresponsáveis.

§ 1º. Considera-se prestador de serviço o profissional ou a empresa que exerça em caráter permanente, temporário ou eventual de quaisquer das atividades constantes da lista de serviços especificados no ANEXO - I, parte integrante desta Lei.

§ 2º. Não são contribuintes do imposto os que prestam serviços em relação de emprego, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 17. Respondem solidariamente com o contribuinte pelo pagamento do imposto e do crédito tributário dele decorrente:

- a) o proprietário da obra e/ou contratante dos serviços com relação aos serviços de construção civil que lhes forem prestados;
- b) o administrador e/ou empreiteiro com relação aos serviços prestados por subempreitada e demais serviços auxiliares;
- c) o titular do estabelecimento onde se instalarem máquinas, aparelhos, ou equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no município e relativo a exploração dos mesmos;
- d) os clubes recreativos, danceterias, casas noturno, boates e congêneres pelos serviços prestados por grupos musicais, artistas, decoradores, organizadores de festas, buffet e locação de bens móveis.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo, não comporta benefício de ordem, podendo a exigência administrativa ou judicial do pagamento do imposto ou crédito tributário dele correspondente ser feito a qualquer dos coobrigados ou a todos conjuntamente, não podendo os indicados exigir que em primeiro lugar se convoque ou execute o contribuinte.

Art. 18. As empresas assim definidas no artigo 7º letra “a” que gozem de imunidade ou de isenção do imposto ficam obrigadas a retenção na fonte do imposto incidente dos serviços que lhes forem prestados sem emissão de documentos fiscais ou sem a prova que o prestador de serviços é contribuinte do município, ou ainda sem prova do recolhimento do imposto do mês anterior.

§ 1º. Para os efeitos previstos neste artigo, o imposto será calculado pelas alíquotas especificadas no ANEXO - VIII, parte integrante desta Lei, e recolhido aos cofres públicos no prazo de dez dias a contar da data da retenção.

§ 2º. A inobservância dos dispostos neste artigo implicará em responsabilidade do beneficiário do serviço pelo pagamento do imposto devido e seus acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 19. A pessoa física ou jurídica, de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de estoque de comércio, ou estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual, responderá pelos débitos tributários relativo ao estabelecimento, devido até a data do ato:

- a) integralmente se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria, ou atividades;
- b) subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou outra atividade.

Art. 20. A pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação, será responsabilizada pelos débitos tributários devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, ou incorporadas.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Parágrafo único. O dispositivo previsto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoa jurídica, quando a exploração da respectiva atividade for continuada por qualquer um dos sócios remanescentes, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 21. O espólio, ou após a partilha ou adjudicação, o sucessor a qualquer título, e o cônjuge meeiro, na proporção dos respectivos quinhões, legados ou meação respondem pelos débitos “de cujus” existente até a data da abertura da sucessão.

Seção IV Das Modalidades de Lançamentos

Art. 22. O lançamento do imposto será efetuado:

- a) de ofício, por iniciativa da administração, quando tratar-se de serviço sujeito a incidência do imposto fixo;
- b) homologado, por iniciativa do sujeito passivo, quando se tratar de serviço sujeito a incidência de tributação variável;
- c) por arbitramento da receita bruta, nos casos previstos nesta lei;
- d) por estimativa, a critério da administração.

Art. 23. Para efeito de lançamento considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia seguinte à aquele que tiver início qualquer das atividades especificadas na lista de serviços.

Parágrafo único. Em todas as modalidades de lançamento o sujeito passivo será notificado como proceder o recolhimento da obrigação tributária, conforme dispôr regulamento próprio.

Art. 24. Decorridos os prazos para pagamento da obrigação tributária, e não havendo sua liquidação, o imposto será acrescido de multa 2% até o 15º dia após o vencimento, de 5% até 30º dia, e posterior a este prazo a penalidade será de 10%, sempre sobre o valor atualizado do débito com juros de mora de 1% ao mês, ou fração em dias.

Seção IV - A Do Lançamento de Ofício

Art. 25. O lançamento de ofício será efetuado anualmente pela administração, seu vencimento e parcelamento será determinado por regulamento próprio.

Art. 26. De acordo com a categoria de serviço e a critério da administração, o



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

lançamento poderá ser mensal, bimestral, trimestral, semestral ou por temporada, conforme dispor regulamento do executivo municipal.

Art. 27. Enquanto não ocorrer a decadência tributária, poderá ser efetuada a constituição do crédito tributário contra o sujeito passivo, dos lançamentos omissos, permitindo ainda a retificar lançamentos, com a emissão de nova notificação efetuando lançamento substitutivo ou complementar com novo vencimento para sua liquidação.

§ 1º. Independente da quitação, total ou parcial poderão ser expedidos lançamentos aditivos, sempre que constar constituição do crédito tributário a menor, em razão de erros de fato, ou por irregularidade administrativas.

§ 2º. O prazo para pagamento da diferença a ser recolhida, não poderá ser inferior a 30 dias a contar da data da emissão da nova notificação.

Art. 28. Quando a prestação de serviços iniciar no curso do exercício financeiro, o imposto será lançado na proporção de 1/12 ávos para os meses restante do ano.

Parágrafo único. Para efeito previsto neste artigo será contado o período de lançamento até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Seção IV - B Do Lançamento por Homologação

Art. 29. No lançamento por homologação, que estão sujeitas as empresas, como definidas no artigo 7º, alínea "a", o sujeito passivo se obriga a apurar e a recolher o imposto em guias próprias nos prazos, conforme dispor o regulamento, sem qualquer aviso ou notificação por parte do sujeito ativo.

Parágrafo único. Nos serviços de execução de obras de construção civil o fato gerador do imposto ocorre no momento da efetiva prestação de serviço, independente de medição, vistoria ou conclusão da obra.

Art. 30. As guias de recolhimento e informativa, obedecerão os modelos constantes do regulamento expedido pelo o executivo municipal.

Art. 31. Nos serviços de execução de obras de construção civil, e nos serviços auxiliares o contribuinte fica obrigado a apresentar ao sujeito ativo, juntamente com a guia de recolhimento mensal de ISS, constante do regulamento, os seguintes documentos:

- a) cópia das medições que serviram para a apuração da base de cálculo;
- b) no caso da obra abranger o território de mais de um município, cópia das medições globais, que envolva toda a obra;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- c) cópia das notas fiscais/faturas de serviço, das notas de débitos e das guias de recolhimento de ISS que serviram para apuração da base de cálculo, e as primeira vias relativas as medições, parciais e finais e complementares, caso exista e todos os documentos que comprovam o valor total da obra;
- d) notas fiscais e recibos que comprovam a aplicação do material a ser deduzido do valor da obra para compor a base de cálculo do imposto, quando justificar tal dedução do custo total.

Art. 32. Sem prejuízo das penalidades cabíveis o preço do serviço poderá ser arbitrado mediante processo regular nos seguintes casos:

- a) quando o sujeito passivo não for inscrito no cadastro fiscal dos prestadores de serviços;
- b) quando houve fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao preço corrente na praça;
- c) quando o sujeito passivo deixar de apresentar os documentos requisitados pelo fisco municipal, após a segunda notificação.

Art. 33. Para arbitramento do preço do serviço serão considerados entre outros fatores, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza dos serviços prestados, o valor das instalações, máquinas, veículos, e equipamentos do contribuinte, a retirada dos sócios, o número de empregados, o valor de salários pagos e encargos sociais.

Parágrafo único. O valor dos preços arbitrado não poderá ser inferior a soma das seguintes parcelas:

- a) o valor das matérias primas consumidas durante o mês, salvo se tratar de contribuinte concorrente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;
- b) valor total dos salários pagos durante o mês;
- c) valor das retiradas dos sócios, diretores ou gerentes durante o mês;
- d) despesa mensal com fornecimento de água, luz, telefone, aluguel, seguros, se for o caso inclusive combustíveis.

Art. 34. Far-se-á o arbitramento do preço do serviço sempre através de auto de infração, cuja cópia será entregue para o sujeito passivo, que deverá promover sua defesa no prazo máximo de 30 dias a contar da data da autuação.

Parágrafo único. Vencido o prazo previsto neste artigo, não ocorrendo a liquidação da obrigação tributária e nem a defesa pelo sujeito passivo, o mesmo será notificado para pagamento dos débitos no prazo de 10 (dez) dias, após este prazo o valor será inscrito em dívida ativa para processar a cobrança via execução fiscal.

Seção IV - C Do Lançamento por Arbitramento



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 35. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o preço do serviço poderá ser arbitrado mediante processo regular nos seguintes casos:

- a) quando o contribuinte não estiver inscrito no cadastro fiscal de serviços;
- b) quando houver fundadas suspeitas que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços declarados, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao preço corrente da praça;
- c) quando o sujeito passivo criar dificuldades para o fisco municipal tomar conhecimento da receita bruta que é a base de cálculo do imposto.

Art. 36. Para arbitramento do preço do serviço serão considerados entre outros fatores, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviços prestados, o valor das instalações, máquinas, veículos e equipamentos, a retirada dos sócios, o número de empregados, salário e encargos sociais pagos.

Parágrafo único. O valor mensal dos preços arbitrados não poderá ser inferior a soma das seguintes parcelas:

- a) valor das matérias primas consumidas durante o mês, salvo se tratar de contribuinte concorrente ao ICMS;
- b) valor total dos salários pagos durante o mês;
- c) valor da retirada dos sócios, diretores ou gerentes durante o mês;
- d) despesas mensal com fornecimento de água, luz, telefone, aluguel, se for o caso, combustíveis e encargos financeiros.

Art. 37. Far-se-á o arbitramento do preço do serviço através de auto de infração, cuja cópia será entregue ao sujeito passivo, com direito a defesa no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da autuação ou pagamento do valor arbitrado.

Parágrafo único. Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, e não ocorrendo a liquidação da obrigação tributária, notifica-se o sujeito passivo para o cumprimento da obrigação no prazo de 10 (dez) dias, com os acréscimos legais, sob pena da inscrição em dívida ativa dos débitos para cobrança via execução fiscal.

Seção IV - D Do Lançamento por Estimativa

Art. 38. Os contribuintes sujeitos a tributação proporcional, cujo o volume ou modalidade de serviço aconselha tratamento mais simples, e econômico no regime de estimativa, com observância das seguintes normas:

- a) com base em dados fornecidos ou declarados pelo sujeito passivo ou em outros elementos informativos, serão estimados o valor da receita bruta e o montante do imposto devido no período considerado;
- b) o montante do imposto a recolher assim estimado será dividido em parcelas



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

iguais, em número correspondente aos dos meses compreendidos no período constituindo cada parcela o valor do imposto a ser recolhido mensalmente, sendo cada parcela atualizada monetariamente em cada mês.

Art. 39. Sendo o sujeito passivo enquadrado no regime de lançamento por estimativa, o mesmo será notificado do montante do imposto estimado para o período e o valor de cada parcela.

Parágrafo único. Após a notificação do enquadramento do sujeito passivo no regime de lançamento por estimativa, o contribuinte terá prazo de 30 dias para contestar o lançamento.

Art. 40. O pagamento da primeira parcela será “30 dias” após a data da notificação, e as demais parcelas, serão efetuadas sempre nos mesmos dias dos meses subsequentes.

Art. 41. O contribuinte tratado em regime de lançamento por estimativa, terá seu imposto apurado através de declaração de movimento econômico, com os valores efetivos de sua receita bruta do exercício findo, e o montante do imposto devido correspondente de suas operações.

Parágrafo único. A declaração de movimento deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro de cada exercício financeiro.

Art. 42. Verificada a receita bruta do sujeito passivo, conhecido o montante de imposto devido, procederá da seguinte forma:

- a) havendo diferença a ser recolhida pelo sujeito passivo, entre o valor estimado e o valor efetivamente devido, deverá ser efetuado o pagamento até 30 dias após a data da entrega da declaração de movimento econômico, independente de aviso ou notificação por parte do sujeito ativo, sendo seu saldo devedor atualizado monetariamente na proporção 1/12 avos de janeiro a dezembro do exercício anterior;
- b) Verificado-se saldo pró sujeito passivo, será restituído o valor do crédito em forma de dedução de imposto devido nos meses seguintes, aplicando-se a mesma correção prevista no presente artigo, alínea “a”, sendo que o prazo para tal restituição não poderá ser superior a 120 dias.

Parágrafo único. Suspensa a aplicação do regime por estimativa, antecipará o cumprimento da obrigação prevista neste artigo, restituindo-se o valor integral para o sujeito passivo se houver, ou o contribuinte liquidará de uma só vez o saldo devedor.

Art. 43. O fisco municipal a qualquer tempo a seu critério poderá:

- a) promover o enquadramento no regime por estimativa;
- b) rever os valores estimados e reajustar as parcelas, mesmo no curso do período considerado;
- c) suspender a aplicação do regime por estimativa.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 44. As reclamações relacionadas com o enquadramento no regime por estimativa serão decididas pelo fisco municipal.

Parágrafo único. As reclamações e os recursos não produzirão efeitos suspensivos do fato.

Seção V Dos Livros e Documentos Fiscais

Art. 45. Cada estabelecimento prestador de serviço manterá obrigatoriamente a escrituração fiscal das suas atividades econômicas, conforme dispor regulamento próprio do executivo municipal.

Art. 46. Os modelos de livros e notas fiscais, serão estabelecidos por decreto do executivo municipal, e somente poderão ser utilizados após a autenticação pelo departamento competente.

Parágrafo único. Os livros novos, serão autenticados mediante a apresentação do livro anterior.

Art. 47. As notas fiscais de prestação de serviços, para sua impressão é obrigatória a autorização do departamento competente, contendo todas as exigências previstas em regulamento próprio, bem como seu registro em livro próprio, que ficará a disposição do fisco municipal.

Parágrafo único. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, respondem juntamente com o sujeito passivo, a gráfica que imprimir documentos fiscais ou quem desenvolver qualquer sistema com a finalidade de fraudar, omitir ou reduzir pagamentos de tributos.

Art. 48. Os livros e notas fiscais serão mantidos nos estabelecimentos e ficando a disposição do fisco sempre que solicitados, inclusive os demais documentos que possam servir como prova de fonte de receitas tributárias do Município.

Art. 49. Toda prestação de serviço será precedida de expedição da respectiva nota fiscal, contendo nome do tomador do serviço, seu endereço e a descrição dos serviços executados, decalcado em carbono em dupla face em tantas quantas vias compor o talonário.

Art. 50. A administração poderá autorizar a emissão de notas fiscais através de processamento de dados, desde que cumpridas as formalidades previstas em regulamento próprio.

Art. 51. Dependendo da atividade do sujeito passivo, a administração poderá



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

dispensar a emissão de notas fiscais de prestação de serviços, uma vez que cumpridas as formalidades previstas em regulamento próprio.

Art. 52. Ensino de qualquer grau e natureza manterá livro de registros de alunos, contendo no mínimo o nome do aluno, endereço, valor da mensalidade, período, turno ou hora aula frequentada por mês.

Parágrafo único. A exigência do artigo anterior aplica-se também às academias, saunas e outros estabelecimentos congêneres.

Art. 53. Os escritórios de contabilidade e serviços, bem como as imobiliárias manterão registros em livro próprio de seus clientes sejam eles mensalistas ou temporários, contendo seu endereço e o valor dos serviços prestados.

Art. 54. Fica vedado o uso da nota fiscal de prestação de serviços em conjunto com outros tributos, bem como a sua cessão para uso de terceiros.

Seção VI

Da Retenção na Fonte

Art. 55. Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizar-se de serviços de terceiros de outros municípios.

Parágrafo único. A falta de retenção da obrigação tributária na fonte implicará no pagamento do tributo, sem prejuízo das demais penalidades já previstas na presente lei.

Art. 56. As empresas e departamentos públicos ou de economia mista estabelecidos ou não no Município de Rio Branco do Sul, ficam obrigadas quando utilizar de serviços de terceiros de outros municípios, além da retenção na fonte dos impostos devidos, remeter para o Município de Rio Branco do Sul todos os documentos referentes aos serviços prestados, como cópias de contratos, cópias de notas fiscais, recibos e outros documentos que possam identificar as fontes de receitas.

Art. 57. Os distribuidores de loterias, bilhetes, cupons, cartelas, e outras formas de jogos, são obrigados a reter na fonte o ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, dos revendedores, independentemente dos mesmos estarem ou não cadastrados no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 58. A retenção na fonte ocorrerá no ato do pagamento dos serviços prestados, sendo que a retentora fornecerá ao prestador de serviços comprovante dos valores retidos, conforme guia fornecida pelo Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Parágrafo único. Os valores retidos serão recolhidos aos cofres públicos no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data da retenção, em guia própria fornecida pelo Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul.

Seção VII

Da Arrecadação

Art. 59. O imposto sobre serviços será recolhido na tesouraria da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, ou nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços autorizados pelo Município conforme regulamento expedido pelo executivo municipal.

Art. 60. Todo recolhimento será efetuado em guia própria expedida ou fornecida pelo Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul - Guia de Recolhimento Municipal - GRM, com custos para o sujeito passivo a título de preço público.

Parágrafo único. O imposto poderá ser recolhido individualmente ou em conjunto com outros tributos, conforme dispor regulamento próprio.

Art. 61. Os recibos de recolhimento de tributos somente serão válidos quando autenticados mecanicamente por caixa registradora ou sistema eletrônico equivalente

Art. 62. No ato do recolhimento o sujeito passivo se identificará no GRM, fornecendo seu número de inscrição no cadastro municipal de prestadores de serviços, o valor da receita bruta, sua alíquota de tributação e o valor do imposto devido.

Parágrafo único. Quando tratar de lançamento de ofício as informações serão fornecidas pelo cadastro do sujeito passivo já existente no Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 63. Ocorrendo recolhimento a menor do valor devido, o sujeito passivo fica obrigado ao recolhimento da diferença, com todos os acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.

Art. 64. Os vencimentos de impostos em feriados, sábados ou domingos serão prorrogados sempre para o primeiro dia útil após o vencimento.

Art. 65. Quando ocorrer a liquidação da obrigação tributária por meio de cheque, somente será extinto o crédito tributário após o saque do mesmo, não sendo aceite cheques de terceiros para pagamento de tributos, salvo se o documento de crédito for nominativo para o sujeito passivo, o qual ficará co-obrigado pela sua liquidação.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Parágrafo único. Quando ocorrer o previsto no presente artigo, será vinculado ao cheque a discriminação do pagamento do imposto no verso do mesmo, contendo o número do cadastro do sujeito passivo e seu endereço.

Art. 66. Ocorrendo recurso por parte do sujeito passivo, contra liquidação do imposto, o mesmo somente será atendido quando acompanhado de recibo autenticado pelo órgão arrecadador autorizado, sem rasuras ou emendas.

Seção VIII Da Inscrição do Prestador de Serviços

Art. 67. O contribuinte de ISS, promoverá sua inscrição na repartição fiscal, ou seu representante legal, independentemente de sua condição jurídica ou profissional, imunes ou isentos:

I - até a data do início de suas atividades;

II - quando já em funcionamento, até o quinto dia útil, após a expedição da notificação pelo órgão municipal competente, sob pena de inscrição de ofício com as penalidades cabíveis e demais imposições legais.

Art. 68. O cadastro será atualizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre que ocorrer alterações, modificação societária, encerramento de atividade, troca de endereço, nas formas previstas pela administração.

Art. 69. A inscrição será efetuada em formulário próprio, para cada estabelecimento ou local de atividade, exceto ambulante que ficará sujeito ao cadastro único.

§ 1º. No ato da inscrição o prestador de serviços apresentará requerimento protocolado, acompanhado dos documentos exigidos por regulamento próprio.

§ 2º. Os estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, mas localizados em endereços diferentes, serão tratados como unidades independentes e autônomas para fins fiscais.

Art. 70. O número de cadastro do sujeito passivo será permanente, devendo o mesmo ser impresso em todos os documentos do contribuinte, quando tratar de assunto municipal, bem como constar de qualquer requerimento quando dirigido ao fisco municipal.

Art. 71. Quando da inscrição do interessado, serão efetuadas pesquisas nos cadastros existentes para verificar pendências junto ao Município de Rio Branco do Sul, sendo constatado tal fato, somente será concluída sua inscrição após solucionadas tais exigências.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Parágrafo único. As pendências que trata o presente artigo refere-se ao conjunto das obrigações principal e acessórias, ficando vedado o fornecimento de certidões e outros documentos para a pessoa jurídica, pessoa física e seus sócios.

Art. 72. As declarações prestadas pelo contribuinte, seu representante e, ou responsável no ato da inscrição ou da utilização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação por parte do fisco municipal, que poderá revê-las a qualquer época independente de avisos ou comunicação.

Art. 73. O contribuinte que deixar de recolher seu imposto por (02) dois anos consecutivos, e não for encontrado em seu domicílio tributário indicado para fins de tributação, sua inscrição e seu cadastro serão baixados de ofício, conforme dispor regulamento próprio.

Parágrafo único. O fato da cessação ou paralisação das atividades, não implicará na extinção dos débitos existentes, ou dos que venham a ser apurados após ação fiscal posteriormente a declaração do contribuinte, ou da baixa de ofício.

Art. 74. O fato do contribuinte ter cumprido as exigências previstas em notificações ou auto de infração, não exime o infrator das penalidades previstas pelo não cumprimento das obrigações principal e acessórias, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Seção IX Das Penalidades

Art. 75. O sujeito passivo que deixar de cumprir as obrigações tributárias seguintes, sofrerão as penalidades abaixo relacionadas:

I - Pela falta de pagamento:

- a) até o 15º dia após o vencimento, multa de 2% sobre o valor do imposto;
- b) do 16º até o 30º dia após o vencimento, multa de 5% sobre o valor do imposto;
- c) após o 30º dia do vencimento a multa será de 10% sobre o valor do débito, sempre sobre os valores atualizados;
- d) quando o pagamento for efetuado por meio de ação fiscal, a multa será de 20% sobre o valor do débito;
- e) Tratando-se de imposto retido na fonte e ocorrendo o recolhimento após o prazo determinado, a multa será de 100% sobre o valor do débito, se cobrado por meio de ação fiscal a penalidade será em dobro;
- f) Considera-se ação fiscal qualquer atividade do fisco municipal para recebimento do crédito tributário.

II - Pela falta de cumprimento das obrigações acessórias:

- a) não promover sua inscrição no cadastro de prestadores de serviço até o prazo previsto, multa igual a 300% sobre o valor da UFM, após ação fiscal, a penalidade será em dobro cada vez que o fisco for acionado;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- b) falta de comunicação de encerramento de atividade, transferência de endereço, alteração societária, ou qualquer modificação que venha alterar o cadastro do sujeito passivo, multa de 200% sobre a UFM, para cada infração cometida;
- c) falta de livros fiscais, escriturações irregulares, documentos fiscais com irregularidades, omissão de dados que importe em redução da receita bruta para reduzir o valor do imposto, falta de registro ou escrituração fiscal das operações realizadas pelo sujeito passivo, multa de 300% sobre o valor da UFM, para cada infração cometida;
- d) deixar de apresentar guias, livros, balanços, notas fiscais, ou qualquer documento que possa servir como fonte de referência de receitas tributárias, omitir informações, criar embaraços para o fisco municipal, recusa ou sonegação de documentos que possa apurar o preço do serviço ou sua estimativa, multa igual a 400% sobre o valor da UFM, para cada infração cometida;
- e) impressão de documentos fiscais, sem a devida autorização do fisco municipal, multa de 600% sobre o valor da UFM, para cada documento impresso, sendo aplicado a mesma penalidade para a gráfica que confeccionar os impressos;
- f) impressão de documentos fiscais em duplicata, além do recolhimento do imposto, multa de 1000% sobre o valor da UFM, para cada documento impresso, sem prejuízo do processo criminal, aplicando-se a mesma penalidade para a gráfica que confeccionar os documentos;
- g) desenvolver processo eletrônico ou processamento de dados que envolva redução, omissão ou fraude recolhimento de imposto, multa de 1000% sobre o valor da UFM, por dia a contar da data da implantação do sistema, aplicando-se a mesma penalidade para o autor do processo, sem prejuízo da cobrança dos tributos, e do processo criminal contra ambos;
- h) destruir, extraviar, facilitar seu furto ou roubo, de documentos fiscais implicará em multa de 100% sobre o valor da UFM, para cada documento;
- i) Deixar de atender solicitação do fisco municipal no prazo determinado em notificação ou termo de início de fiscalização, para entrega de documentos fiscais implicará em multa igual a 300% sobre o valor da UFM, para cada dia de atraso.

Seção X Das Isenções

Art. 76. As isenções serão concedidas por lei específica, sempre que justificar sua aplicação em razão do benefício sócio econômico.

§ 1º. As isenções concedidas com prazo certo, somente serão revogadas respeitando o princípio da anualidade, as demais conforme dispor o decreto do executivo municipal.

§ 2º. Os benefícios fiscais concedidos ao sujeito passivo não é matéria que gera direito adquirido em qualquer situação do favor concedido.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 77. As isenções serão concedidas sempre em caráter geral e impessoal para os contribuintes que se encontrarem em situação igual ou equivalente.

Capítulo II IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Seção I Do Fato Gerador

Art. 78. O imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou posse a qualquer título do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definida na lei civil, localizado em zona urbana ou de expansão urbana do Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício financeiro, nas condições que se encontrar o imóvel.

Art. 79. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 80. Para os efeitos deste imposto, são urbanas:

I - áreas em que existam pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo poder público:

- a) meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) sistema de esgotos sanitários;
- d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- e) escola primária ou posto de saúde, a uma distância mínima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

II - a área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamentos aprovados ou não pelo Município de Rio Branco do Sul, destinados para habitação, comércio, indústria, prestação de serviços ou lazer.

III - áreas localizadas fora do perímetro urbano, mas que comprovadamente são utilizadas como sítios de recreio, esporte, lazer, indústria, comércio e prestação de serviços, independente da existência ou não dos melhoramentos previstos no presente artigo alíneas “a, b, c, d, e”.

IV - os imóveis declarados inclusos na área urbana ou de expansão urbana quando por solicitação do proprietário ou seu representante para fins de divisão, subdivisão ou parcelamento do solo, independentemente de constar ou não das melhorias previstas no presente artigo alíneas “a, b, c, d, e”.

Art. 81. O bem imóvel para efeito do Imposto Predial e Territorial Urbano serão



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

classificados como terreno e prédio.

§ 1º. Considera-se terreno o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento, bem como aquelas em ruínas, em demolição, condenadas ou interditadas;

III - quando a edificação for temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - os imóveis que constar de edificação considerada pela administração como inadequadas, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma, bem como a sua área edificada em relação a área do terreno;

V - os imóveis onde haja edificação com seu valor inferior a 50% do valor do terreno, localizados em áreas pré determinadas pelo executivo municipal;

VI - Os imóveis destinados para estacionamento de veículos, depósitos de materiais, depósitos de combustíveis de qualquer natureza, exceto se a edificação for específica e reconhecida pelo município com a sua devida aprovação.

§ 2º. Considera-se prédio:

I - o bem imóvel no qual exista edificação destinada para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino, desde que não contrarie o parágrafo anterior.

II - os imóveis edificados na zona rural, destinados para indústria, comércio, prestação de serviços, lazer ou qualquer outra atividade que vise lucros diferentes das finalidades necessárias para obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Seção II **Do Sujeito Passivo**

Art. 82. É contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel.

§ 1º. Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este, dentre aqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º. Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, devido ao fato do mesmo ser imune, ou estar isento, ser desconhecido, ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver de posse do imóvel.

§ 3º. O promitente comprador imitado na posse, os titulares de direito real sobre o bem imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 83. A incidência e a cobrança do imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel, do resultado econômico, da sua exploração, ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Art. 84. O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade ou de direitos a ele relativo.

Seção III Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 85. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual aplica-se a alíquota constante do ANEXO - VII.

Parágrafo único. Quando tratar-se de imposto territorial urbano, de imóvel não edificado, a alíquota será progressiva, a partir do 2º (segundo) lançamento consecutivo para o mesmo imóvel, até atingir 10%, conforme dispor regulamento próprio e com as alíquotas previstas no ANEXO - VII.

Art. 86. O valor venal do imóvel será determinado pelas informações constantes do cadastro imobiliário, que serão revistas sempre que a administração julgar necessário.

Art. 87. Para elaboração da planta genérica de valores que compõe o valor venal do imóvel, o executivo municipal constituirá comissão específica por regulamento próprio.

Parágrafo único. A atualização monetária dos valores que trata o presente artigo não constitui aumento do valor venal do imóvel, podendo ser efetuado por decreto executivo municipal.

Art. 88. Sobre os valores constantes do cadastro imobiliário serão aplicados os fatores corretivos para cada situação do imóvel, conforme dispor regulamento próprio da administração.

Art. 89. O executivo municipal aprovará, por decreto, a Planta Genérica de Valores Imobiliários, zoneando-a por região geográfica para efeitos tributários, segundo suas características predominante de uso, atribuindo valor do terreno por face de quadra, bem como estabelecerá os fatores corretivos, e suas aplicações, o sistema de cálculo e as suas respectivas fórmulas, inclusive para prédios, e os tipos de construções.

Art. 90. Anualmente, antes da ocorrência do fator gerador, do exercício seguinte, o valor venal dos imóveis será revisto, levando-se em consideração os seguintes



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

elementos em conjunto ou isoladamente:

- I - declaração do contribuinte, quando existir;
- II - índice de desvalorização da moeda nacional para o período;
- III - índice médio de valorização correspondente ao zoneamento em que esteja localizado o imóvel;
- IV - existência de equipamentos urbanos ou melhorias decorrentes de obras públicas, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, saneamento e drenagem de área alagada, construção de ponte, viaduto, e outras benfeitorias que beneficie os imóveis ali localizados;
- V - quaisquer outros dados informativos que possam ser dimensionados pelo serviços de cadastro e fiscalização de receitas tributárias.

Art. 91. Não compõe o valor do bem imóvel:

- I - o valor dos bens móveis nele existente, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- II - as vinculações de direito de propriedade;
- III - o valor da construção conforme previsto no artigo 81 §1º, II, III, IV e V.

Seção IV Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

Art. 92. Todos os imóveis serão inscritos no Cadastro Técnico Imobiliário Municipal, mesmo tratando-se de imóveis pertencentes às pessoas imunes ou isentas, sendo responsável pela inscrição o proprietário ou seu representante legal, ou possuidor a qualquer título, bem como o promitente comprador ou vendedor.

§ 1º. Para fins de inscrição e lançamento, todos os proprietários, titular de domínio útil ou possuidor de bem imóvel é obrigado a declarar, em formulário próprio, os dados ou elementos necessários a perfeita identificação do mesmo.

§ 2º. A declaração deverá ser efetivada dentro prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da:

- I - convocação que eventualmente poderá ser efetuada pela Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul;
- II - conclusão da construção, em seu total ou parcial, que permita seu uso ou habitação;
- III - aquisição da propriedade de bem imóvel, no total ou em parte certa, desmembrada a parte ideal;
- IV - aquisição do domínio útil ou da posse de bem imóvel;
- V - demolição ou do perecimento da construção existente no imóvel.

Art. 93. Os elementos ou dados da declaração deverão ser atualizados dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstância



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

que venha alterar a inscrição, inclusive nas hipóteses de reformas, com ou sem aumento da área edificada, e do registro de compromisso de compra e venda de bem imóvel ou de sua cessão.

Parágrafo único. O dever previsto neste artigo estende-se à pessoa do compromissário vendedor e ao cedente do compromisso de compra e venda de bem imóvel.

Art. 94. Será objeto de uma única declaração, acompanhada da respectiva planta do imóvel, do loteamento ou do arruamento:

- I - a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;
- II - quadra indivisa de áreas arruadas;
- III - o lote isolado ou o grupo de lotes contíguos, quando já tenha ocorrido a venda ou promessa de venda de lotes na mesma quadra.

Art. 95. O contribuinte poderá retificar os dados da declaração ou sua atualização, antes de ser notificado do lançamento, desde que comprove o erro em que se fundamente.

Art. 96. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nas informações que dispuser a Fazenda Pública Municipal, arbitrados os dados físicos do imóvel, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 97. O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar junto a Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul:

- I - título de propriedade da área loteada;
- II - planta completa do loteamento, contendo em escala que permita sua anotação, os logradouros, quadras, lotes, área total, áreas cedidas ao patrimônio Público Municipal;
- III - mensalmente, comunicação das alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes, inclusive CPF ou CGC e endereço completo para correspondência e informações das unidades alienadas.

Art. 98. Os cartórios ficam obrigados a exigir sob pena de responsabilidade, para efeito de escrituração pública de compra e venda de bens imóveis certidão negativa do imóvel, bem como a planta aprovada pelo Município de Rio Branco do Sul.

Seção V Do Lançamento

Art. 99. O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano será:



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

I - anual, respeitada a situação do bem imóvel no 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de cada exercício financeiro, separadamente ou em conjunto com outros tributos;

II - distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencente ao mesmo contribuinte.

§ 1º. Havendo interesse por parte do sujeito passivo, e não contrariando normas tributárias, o contribuinte poderá solicitar anexação ou seccionamento de lançamento desde que cumpridas as exigências regulamentares.

§ 2º. Na caracterização da unidade imobiliária, a situação de fato, que deverá ser verificada pela fazenda Municipal, terá predominância sobre a descrição do bem móvel contida no respectivo título.

Art. 100. O imposto será lançado em nome do contribuinte, levando-se em conta os dados ou elementos contidos no cadastro imobiliário do Município de Rio Branco do Sul.

§ 1º. Se tratando de bem imóvel objeto de compromisso de compra ou venda, a constituição do crédito poderá ser procedido contra o promitente vendedor ou do comprador, ou ainda em nome de ambos, sendo solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.

§ 2º. O lançamento do imposto sobre bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será procedido em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º. Na hipótese de condomínio, o lançamento será constituído contra:

a) quando pró indiviso, em nome de um, de alguns ou de todos condôminos, sem prejuízo da solidariedade pelo pagamento do imposto por qualquer um dos condôminos;

b) quando pró diviso, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

§ 4º. Para proceder lançamento individualizado no caso do §3º alínea “b” o interessado deverá solicitar junto ao Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul a atualização do cadastro em seu nome, apresentando título de propriedade ou da posse do imóvel.

Art. 101. O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto, por via postal, pessoal, ou por edital, a critério da administração.

§ 1º. Tratando-se de terreno, e o sujeito passivo elegendo o domicílio tributário, aceito pelo sujeito ativo, a notificação poderá ser remetida via postal.

§ 2º. A notificação não implicará necessariamente na entrega dos documentos de arrecadação GRM, ficando o sujeito passivo obrigado a retirá-los nos locais e prazos indicados pela administração fazendária.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 3º. A falta da entrega dos documentos de arrecadação - GRM, não tem efeito suspensivo da cobrança do imposto, não garante direito de benefício fiscal após vencimento para pagamento, ficando ainda sujeito as penalidades cabíveis.

§ 4º. Quando ocorrer notificação pessoal, a mesma poderá ser feita :
I - diretamente para o sujeito passivo, seus familiares ou empregados;
II - para o ocupante do imóvel tributado;
III - para o administrador do imóvel.

Art. 102. Contestação ou reclamação contra o lançamento deverá ser efetuada 15 (quinze) dias antes do vencimento, fundamentando os fatos em requerimento protocolado.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no presente artigo, somente serão atendidas as solicitações acompanhadas da comprovação do pagamento do tributo.

Art. 103. O lançamento do imposto não implica no reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 104. Os prazos, prorrogação de vencimento, quantidade de parcelas, serão determinados por regulamento do executivo municipal.

Art. 105. Enquanto não ocorrer a decadência tributária, poderá ser efetuado a constituição do crédito tributário contra o sujeito passivo, dos lançamentos omissos, permitindo ainda a retificar lançamentos com a emissão de nova notificação, efetuar lançamentos substitutivos ou complementares, com novo vencimento para sua liquidação.

§ 1º. Independente da liquidação, total ou parcial do imposto, poderão ser expedidos lançamentos aditivos, sempre que constatar constituição a menor do crédito tributário, em razão de erro de fato ou por irregularidades administrativas.

§ 2º. O prazo para liquidação da obrigação tributária, que trata o parágrafo anterior, não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias da data da emissão da nova notificação.

Seção VI Da Arrecadação

Art. 106. O Imposto Predial e Territorial Urbano será pago de uma só vez ou parceladamente, nos locais indicados e nos prazos previstos nos avisos, notificação ou nos Guia de Recolhimento Municipal - GRM.

Parágrafo único. Os vencimentos, a quantidade de parcelas e locais de pagamento, serão determinados por decreto do executivo municipal.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 107. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a celebrar convênio com estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para efetuar arrecadação de tributos municipais.

Art. 108. O pagamento das parcelas vincendas não implicará na liquidação das parcelas vencidas ou mesmo dos débitos já inscritos em dívida ativa.

Art. 109. Ocorrendo a liquidação da obrigação tributária através de cheque, o mesmo será extinto somente após o saque do referido título.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer o pagamento por meio de cheque, será vinculado ao referido documento ao pagamento do imposto, constando do verso do cheque o número do cadastro liquidado, ficando vedado cheques de terceiros, salvo se nominal ao sujeito passivo, que ficará responsável pela liquidação do mesmo.

Art. 110. Após a liquidação do imposto, o sujeito passivo deverá guardar os recibos autenticados por 5 (cinco) anos, cabendo a ele provar a liquidação da obrigação tributária.

Art. 111. Quando o vencimento do imposto coincidir em dia de feriado, sábado ou domingo seu vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil após o vencimento.

Art. 112. Ocorrendo o pagamento após o vencimento determinado pela administração fazendária, o contribuinte ficará sujeito aos seguintes acréscimos:

I - ocorrendo o pagamento até o 15º dia após o vencimento, multa de 2% sobre o valor do débito.

II - efetuando o pagamento até 30º dia após o vencimento, multa de 5% sobre o valor do débito.

III - havendo o pagamento após 30º dia do vencimento a multa será de 10% o valor do débito.

IV - ocorrendo o pagamento após a ação fiscal do município a penalidade será de 20% sobre o valor da obrigação tributária.

§ 1º. Em qualquer hipótese de pagamento após o vencimento, a multa será aplicada sobre o valor atualizado do imposto.

§ 2º. Considera-se ação fiscal qualquer atividade do fisco municipal no sentido de receber o crédito tributário, através de aviso, notificação ou edital de convocação.

Art. 113. Ocorrendo o pagamento da obrigação tributária após o vencimento, sobre o montante serão cobrados juros de mora de 1% ao mês sobre o valor, ou fração.

Seção VII

Das Infrações e Penalidades



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 114. Será considerado infração a inobservância das seguintes exigências:

I - deixar de promover sua inscrição no cadastro imobiliário, ou alterações no prazo determinado pela administração, multa igual a 300% sobre o valor da UFM.

II - efetuar reformas, com ou sem acréscimo de área, sem a autorização do Município, multa de 400% sobre o valor da UFM.

III - realizar obras sem o projeto de construção devidamente aprovado pelo Município de Rio Branco do Sul, multa de 20% do valor da UFM, para cada metro quadrado de construção, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas nos códigos de obras e posturas municipais.

IV - Utilizar o imóvel antes das devidas vistorias, com o fornecimento de habite-se, multa igual a 400% sobre o valor da unidade fiscal municipal.

Art. 115. Os imóveis lindeiros para ruas e avenidas já pavimentadas com ou mais de cinco anos, que não possuir calçamento e muros serão penalizados com a elevação da alíquota de tributação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano em 300% sobre a sua alíquota normal de tributação.

Parágrafo único. Faltando somente o muro ou a calçada, previsto no presente artigo, a penalidade será reduzida em 50%.

Art. 116. As edificações que permanecerem por um período igual ou superior a cinco anos sem utilização poderá ter sua alíquota de tributação elevada em até 1000% a critério da administração.

Parágrafo único. Entende-se por sem utilização, aquele imóvel que não está cumprindo sua função social como habitação, comércio, indústria e prestação de serviços.

Art. 117. Os imóveis, edificados ou não, que permanecer por um período igual ou superior a 6 (seis) meses sem os devidos cuidados com a limpeza, será penalizado com acréscimo de 200% sobre sua alíquota de tributação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 1º. Os cuidados com a limpeza a que refere o presente artigo, entende-se manutenção dos terrenos capinados, rouçados, livres de entulhos, lixos e manutenção da edificação existente, inclusive muros e calçadas

§ 2º. A penalidade que trata o presente artigo, para sua aplicação independe de notificação, aviso ou auto de infração por parte do fisco municipal.

Art. 118. Após o contribuinte executar os serviços, que por falta dos mesmos está sendo penalizado, deverá requerer junto ao município vistoria do imóvel para retornar a alíquota normal de tributação.

Parágrafo único. A alíquota de tributação será reduzida somente para o exercício



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

seguinte, sem direito de restituição dos valores recolhidos até a data da solicitação.

Seção VIII Das Isenções

Art. 119. As isenções serão concedidas por leis específicas, sempre que justificar sua aplicação em razão do benefício sócio econômico.

Art. 120. As isenções concedidas com prazo certo, somente serão revogadas atendendo o princípio da anualidade, as demais conforme dispor regulamento do executivo municipal.

Parágrafo único. As isenções serão sempre concedidas em caráter geral e impessoal, para os contribuintes que se encontrem em situação igual ou equivalente.

Art. 121. Os favores fiscais concedidos não geram direito adquirido, podendo ser revogados a qualquer tempo, salvo se por tempo determinado, respeitando o princípio da anualidade.

Capítulo III DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 122. O imposto sobre transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso “inter-vivos”, tem como fato gerador:

- I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física conforme definido no código civil;
- II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III - a cessão de direitos relativos às transmissões referentes aos incisos anteriores.

Art. 123. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I - compra e venda, atos ou condição equivalente;
- II - dação em pagamento;
- III - permuta;
- IV - arrematação ou adjudicação, hasta pública;
- V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, exceto os previstos no artigo 124



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

incisos III e IV;

VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para qualquer um dos seus sócios, acionistas, ou seus sucessores;

VII - tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no Município de Rio Branco do Sul, quota-parte, cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses bens imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte superior a que lhe caberia da quota parte ideal.

VIII - mandato em causa própria em seus subestabelecimentos, quando o instrumento conter os requisitos essenciais à compra e venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

XI - nas rendas constituídas expressamente sobre o imóvel;

XII - concessão real de uso;

XIII - concessão de direitos de usufruto;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou de adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVII - cessão física quando houver pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial “inter-vivos “ não especificados neste artigo que importe ou se resolva em transmissão a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no artigo anterior.

§ 1º. Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda

§ 2º Equipara-se ao contrato de compra e venda para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens localizados no território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

Seção II



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Das Imunidades e da Não Incidência

Art. 124. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos quando:

I - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações quando atendidos aos requisitos da lei;

II - o adquirente tratar-se de partido político, inclusive suas fundações, atendendo os requisitos da lei, templo de qualquer culto, instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendendo os requisitos da lei, e entidades sindicais de trabalhadores, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - efetuada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica para realização de seu capital social;

IV - decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º. O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação e bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição decorrer de compra e venda de bens imóveis ou de direitos a ele relativos, de locação ou de arrendamento mercantil de imóveis.

§ 3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em consideração os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º. Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da sua aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 5º. As instituições sindicais, de educação e de assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação em resultado;

II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua perfeita exatidão.

Seção III



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Das Isenções

Art. 125. São isentos de impostos:

- I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;
- II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;
- III - a transmissão em que o alienante seja o Município de Rio Branco do Sul;
- IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- V - a transmissão decorrente de investidura;
- VI - a transmissão decorrente da execução de plano de habitação para população de baixa renda, promovido ou executado por órgão do governo ou por seus agentes, quando o mutuário for o próprio construtor de sua unidade, pelo sistema de mutirão ou equivalente;
- VII - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Seção IV Do Contribuinte e do Responsável

Art. 126. O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 127. Nas condições que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente, bem como o tabelião que lavrar o documento público sem o recolhimento do imposto devido.

Seção V Da Base de Cálculo

Art. 128. A base de cálculo do imposto é o valor da transação pactuada no negócio jurídico, ou valor venal atribuído ao imóvel, conforme dispôr regulamento do executivo municipal, ou direito transmitido.

§ 1º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou preço pago, caso este seja maior.

§ 2º. Nas tornas ou reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 3º. Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem ou do direito transmitido, caso seja maior.

§ 4º. Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio, ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 5º. Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, caso seja maior.

§ 6º. No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, caso seja maior.

§ 7º. No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou valor da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 8º. Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido conter o valor da terra nua atribuído pelo órgão federal competente, o Município deverá reavaliá-lo.

§ 9º. Quando tratar-se de bem imóvel localizado dentro do perímetro urbano, ou de expansão urbana, conforme legislação vigente, poderá utilizar-se como base de cálculo o mesmo valor utilizado para o lançamento de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, com seus valores atualizados para o dia do recolhimento do imposto devido, quando este for maior que os demais valores.

§10. A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto, será remetida ao Departamento de Finanças, acostado do laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido, fundamentando sua impugnação.

Seção VI Das Alíquotas

Art. 129. O imposto será calculado aplicando-se, sobre o valor estabelecido como base de cálculo a alíquota de 2% (dois por cento).

Parágrafo único. Tratando-se do primeiro imóvel residencial e único do contribuinte, com área edificada não superior a 80,00m² e a área do terreno inferior a 300,00m² a alíquota será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

Seção VII



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Do Pagamento

Art. 130. O pagamento do imposto será efetuado no ato do fato imponible, não cabendo parcelamento ou dilatação de prazo.

Art. 131. Ocorrendo redução da base de cálculo, pós transmissão, não caberá direito de restituição de valor pago.

Art. 132. O imposto uma vez recolhido, somente será restituído nos seguintes casos:
I - anulação de transmissão decretada por autoridade judiciária, em decisão definitiva;
II - nulidade do ato jurídico;
III - rescisão contratual ou cancelamento de arrematação conforme previsto no artigo 1.136 do Código Civil;

Art. 133. A guia de recolhimento do imposto será expedida pelo órgão competente do Departamento de Finanças, conforme dispôr regulamento próprio.

Art. 134. Ocorrendo a liquidação do imposto através de cheque, somente será extinto o crédito tributário após a compensação do referido documento em favor do sujeito ativo.

Art. 135. Na hipótese de pagamento do imposto com cheque, não será aceite cheques de terceiros, sendo que deverá ser vinculado o pagamento do imposto ao cheque do sujeito passivo.

Seção VIII Das Obrigações Acessórias

Art. 136. O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente do Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul, os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto conforme dispôr regulamento próprio.

Art. 137. Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escritura ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido recolhido, sob pena do pagamento do valor imposto.

Art. 138. Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarão, constando todas as informações da guia.

Art. 139. Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos, cuja transmissão constitua



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

ou possa constituir fato gerador do imposto, estão obrigados a apresentar seu título, ao fisco municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que foi lavrado o contrato, carta de adjudicação, ou de arrematação ou qualquer outro título representativo do ato de transmissão do bem ou do direito.

Seção IX

Das Penalidades

Art. 140. O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 141. A falta do recolhimento do imposto no prazo determinado, implicará em multa, igual a 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo único. A falta do cumprimento do artigo 137, implicará aos serventuários multa igual a 160% do valor do imposto devido.

Art. 142. A omissão ou documentos com erros, e declaração fraudulenta que possa reduzir a base de cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor omisso ou sonegado.

Parágrafo único. A mesma penalidade do presente artigo, será aplicada a qualquer pessoa que intervir nos negócios jurídico ou declaração que possa precisar o valor do imóvel ou direito transmitido.

Art. 143. O crédito tributário, não sendo liquidado no prazo determinado, fica sujeito a atualização do valor, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

Art. 144. Aplica-se, no que couber, os princípios, normas e demais disposições desta lei relativo a administração tributária.

Título IV

DAS TAXAS

Capítulo I

DAS TAXAS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DO PODER DE POLÍCIA



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 145. Considera-se poder de polícia a atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernente à segurança, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas, dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo, no território do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 146. As taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município de Rio Branco do Sul, classificam-se em:

- I - licença para localização e funcionamento de estabelecimento de produção comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres;
- II - taxa de verificação e regular funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros;
- III - licença para comércio ambulante;
- IV - licença para execução de arruamento, loteamento e obras em geral;
- V - licença para publicidade;
- VI - licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos;
- VII - licença de saúde e vigilância sanitária.

Art. 147. É contribuinte das taxas de poder de polícia, o beneficiário do ato concessivo, pessoa jurídica ou física.

Capítulo II **DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** **DE** **ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA** **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS**

Seção I **Da Incidência e do Fato Gerador**

Art. 148. Todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial, prestadores de serviços, agropecuária e demais atividades, não poderão localizar-se no Município de Rio Branco do Sul, sem o prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

público, à tranqüilidade pública ou o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística.

§ 1º. Pela prestação dos serviços que trata o presente artigo, será cobrada a taxa no ato da vistoria, independente de ser ou não concedido o alvará de licença para localização funcionamento.

§ 2º. A licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações, levando em consideração o tipo de atividade constante da solicitação de alvará de licença e o local onde pretende exercer as atividades.

§ 3º. O alvará de licença deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso do fisco municipal, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

§ 4º. Toda licença será concedida a título precário, ficando sujeita a fiscalização de regular funcionamento anualmente para os exercícios seguintes.

§ 5º. As atividades cujo exercício dependem de autorização de competência da União ou do Estado, não estão dispensadas do pagamento da taxa que trata o presente artigo, inclusive serviços advocatícios quer como escritórios ou não.

§ 6º. Consideram-se contribuintes distintos para efeito da concessão e cobrança da taxa:

- a) os que, embora sob a mesmas responsabilidade e ramos de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou diversos;
- b) os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticos ramos de negócios, pertencem à diferentes pessoas jurídicas ou físicas.

§ 7º. O valor da taxa será calculado conforme tabela constante do ANEXO IV, e deverá ser liquidado de uma só vez, conforme dispor regulamento da administração fazendária.

Art. 149. A concessão de toda e qualquer licença tem validade somente para o exercício em que foi concedida, ficando sujeita a fiscalização para o exercício seguinte, através do serviço de fiscalização de regular funcionamento.

Parágrafo único. Será exigida a renovação da licença, sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art. 150. As taxas pelo exercício do poder de polícia cobradas pelo Município de Rio Branco do Sul, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, materializado no boletim de vistoria lavrado no ato da fiscalização ou qualquer outro ato equivalente.

Seção II



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Da Base de Cálculo

Art. 151. A base de cálculo das taxas pelo exercício do poder polícia será o valor estimado pelas atividades administrativas tendentes à realização do fato imponible.

Art.152. O poder executivo fixará em ato administrativo a unidade de valor estimado para atividades tendentes à realização do fato imponible de cada taxa, multiplicado pelo número de atividades exercidas pelo sujeito passivo, constante da sua concessão, conforme ANEXO IV.

Art. 153. O valor referência para compor a base de cálculo a que se refere o artigo 152 da presente lei, será a unidade fiscal do município ou qualquer outra que a venha substituí-la, conforme regulamentação própria do executivo municipal.

Art.154. Fica vedado o uso da área do estabelecimento comercial, industrial ou prestadores de serviços, bem o número de empregados para base de cálculo da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros.

Seção III Da Inscrição

Art. 155. No ato da inscrição o sujeito passivo deverá informar ao fisco municipal, os elementos necessários para sua inscrição no cadastro de atividades econômicas, permitindo sua perfeita identificação e qualificação, bem como dos seus responsáveis, conforme dispor regulamento próprio.

§ 1º. Deverão ser promovidas tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, independente de tratar-se de pessoa jurídica ou física.

§ 2º. A inscrição do estabelecimento ou local da atividade deverá ser realizada até a data do início do funcionamento, após este prazo o sujeito passivo será penalizado com as medidas cabíveis.

§ 3º. Para alterar o ramo ou endereço comercial, o sujeito passivo deverá solicitar sua alteração no cadastro municipal no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da ocorrência do fato.

§ 4º. Ocorrendo alterações societária ou aumento de capital ou fato equivalente, o sujeito passivo deverá comunicar o fisco municipal no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 156. O requerente ou seus sócios que constar pendências junto ao fisco municipal terá sua solicitação suspensa até que as mesmas sejam solucionadas.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Parágrafo único. Entende-se por pendências, débitos inscritos ou não em dívida ativa, pessoa jurídica ou física cadastrada e paralisada sem a devida baixa ou cancelamento, ou ainda em processo de falência, e para verificar tal fato será utilizado o CPF ou CGC dos requerentes.

Seção IV Do Lançamento

Art. 157. O lançamento da taxa que trata o artigo 146 inciso I, será efetuado de ofício pela administração fazendária anualmente, ou na concessão da licença, com a expedição dos atos que constituem seu fato imponível, conforme regulamento próprio da administração fazendária.

Art. 158. O lançamento será efetuado com as informações constantes do cadastro do sujeito passivo, por ele fornecido ou constatado pelo fisco municipal.

Art. 159. Todo lançamento será efetuado com a expedição do - Guia de Recolhimento Municipal - GRM.

Art. 160. Sendo constatado a existência de estabelecimento, sem a sua inscrição no cadastro municipal, o fisco municipal poderá arbitrar seu lançamento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Sempre que o fisco municipal arbitrar o lançamento, será efetuado através de auto de infração, onde identificará o sujeito passivo.

Seção V Da Arrecadação

Art. 161. A taxa será recolhida de uma só vez nos prazos e locais indicados pela administração fazendária, conforme regulamento próprio.

Art. 162. O fato do recolhimento da taxa não implicará no reconhecimento por parte da administração da autorização do funcionamento do estabelecimento ou da obrigação de conceder a licença requerida.

Art. 163. O executivo municipal fica autorizado a celebrar convênio com estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços para arrecadar a referida taxa.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Seção VI Das Penalidades

Art. 164. O sujeito passivo que deixar de cumprir as normas previstas, sofrerá as seguintes penalidades:

I - deixar de promover sua inscrição no cadastro municipal até a data do início de suas atividades, multa 300% (trezentos por cento) sobre a unidade fiscal municipal;

II - Quando notificado pelo fisco municipal e não cumprir as exigências no prazo determinado, a penalidade será de 500% (quinhentos por cento) sobre a unidade fiscal municipal;

III - Na reincidência o sujeito passivo será penalizado em dobro da penalidade do inciso I, com o fechamento de imediato do estabelecimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

IV - deixar de comunicar a troca de ramo de atividade ou alteração societária, ou qualquer outra modificação do estabelecimento, multa de 400% (quatrocentos por cento) sobre a unidade fiscal.

Art. 165. Falta de pagamento da taxa, implicará nas seguintes penalidades:

I - até o 15º dia após o vencimento multa de 2% sobre o valor da taxa;

II - do 16º até o 30º dia após o vencimento multa de 5% sobre o valor da taxa;

III - após o 30º dia do vencimento a multa será de 10% sobre o valor da taxa;

IV - Ocorrendo ação fiscal a multa será de 20% sobre a taxa.

Parágrafo único. Considera-se ação fiscal, qualquer atividade do fisco municipal para recebimento do crédito tributário.

Art. 166. As multas serão aplicadas sempre sobre o valor atualizado, com incidência de juros de mora de 1% ao mês sobre o montante atualizado dos débitos.

Seção VII Das Isenções

Art. 167. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros congêneres, as seguintes atividades:

I - os vendedores ambulantes de jornais e revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os vendedores de artigos de artesanato e arte;

IV - os vendedores ambulantes de frutas e verduras, tratando-se de produtores;

V - as associações de classes, religiosas, estudantil, clubes esportivos, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos e atendido os princípios



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

legais.

Parágrafo único. A dispensa do pagamento da taxa não desobriga o contribuinte a proceder sua inscrição no cadastro fiscal do Município de Rio Branco do Sul.

Capítulo III TAXA DE VERIFICAÇÃO E REGULAR FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONGÊNERES

Seção I Da Incidência

Art. 168. Todo e qualquer estabelecimento, comercial, industrial, prestadores de serviços, agropecuária e demais atividades, estabelecidos no Município de Rio Branco do Sul, estão sujeitos a vistorias do serviço de fiscalização, das condições de higiene, segurança, à saúde, da ordem e dos costumes e do regular funcionamento conforme autorização inicial.

Art. 169. Toda vistoria e fiscalização realizada será caracterizada como reformulação do alvará de licença inicialmente concedido como taxa de licença para localização e funcionamento.

Art. 170. A Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul promoverá diligência, anualmente ou quando julgar necessário, com finalidade de verificar se os estabelecimentos ou locais de atividades mantêm as necessárias condições concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem e aos costumes.

Art. 171. É passível de revogação a licença inicial quando não observadas as exigências desse código e das demais legislações pertinentes.

Seção II Da Sujeição Passiva e do Fato Gerador

Art. 172. São contribuintes da taxa de verificação de regular funcionamento os estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços, e congêneres, nas formas de pessoas físicas ou jurídicas que explore qualquer atividade em estabelecimento ou local a que se refere a diligência e fiscalização anual ou periódica das condições do estabelecimento ou local concernentes à



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

segurança, à higiene, à saúde, à ordem e aos costumes.

Parágrafo único. Aplica-se o presente artigo para todas as classes profissionais, sem distinção de atividade ou profissão.

Art. 173. A taxa de verificação e regular funcionamento tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia exercido pelo Município de Rio Branco do Sul, materializado no laudo de vistoria efetuado pelo serviço de fiscalização do Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. O laudo de vistoria a que refere o presente artigo será lavrado no ato da diligência na presença do responsável pelo o estabelecimento ou do local de atividade, ou do seu representante, que será oferecido uma cópia para o vistoriado.

Seção III Da Base de Cálculo e do Lançamento

Art. 174. A taxa de verificação de regular funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres será calculada conforme disposto no ANEXO IV.

Art. 175. O lançamento será efetuado anualmente conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

Parágrafo único. O crédito tributário poderá ser constituído antes ou depois da vistoria do fisco municipal, desde que dentro do exercício financeiro.

Art. 176. O lançamento da taxa a que se refere o artigo 174 será efetuado de ofício, pelo departamento competente com base nas informações constante do cadastro inicial do sujeito passivo, ou pelas informações coletadas pelo serviço de fiscalização no ato da vistoria.

Art. 177. O contribuinte fica obrigado a atualizar seu cadastro sempre que ocorrer alterações, conforme previsto no artigo 155 e seus incisos.

Seção IV Da Arrecadação

Art. 178. A taxa será arrecadada nos termos dos artigos 161 a 163 da presente lei.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Seção V **Das Penalidades**

Art. 179. Aplica-se as mesmas penalidades previstas nos artigos 164, 165 e 166 da presente lei.

Seção VI **Das Isenções**

Art. 180. Concede-se os mesmos benefícios previstos no artigo 167 da presente lei.

Capítulo IV **TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

Seção I **Fato Gerador e da Incidência**

Art. 181. A taxa de licença para execução de obras particulares tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências da administração a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, inclusive reconstrução, reformas e demolição, bem como executar arruamentos e loteamentos em terrenos particulares ou não.

Seção II **Da Sujeição Passiva**

Art. 182. É contribuinte da taxa a pessoa física ou jurídica, interessada na realização das obras sujeitas ao licenciamento ou a fiscalização da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul.

Seção III **Da Inscrição**



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 183. No ato da solicitação da licença em forma de alvará, o contribuinte deverá fornecer à fazenda municipal, todos os elementos necessários à perfeita inscrição no cadastro fiscal municipal.

Seção IV

Da Base de Cálculo

Art. 184. A taxa de licença para execução de obras particulares será calculada de conformidade com o ANEXO V.

Seção V

Do Lançamento

Art. 185. A taxa de licença será lançada em nome do contribuinte de uma só vez.

Parágrafo único. Ocorrendo o deferimento do pedido, e não havendo o início das obras no prazo de 6 (seis) meses, a licença ficará sujeita a sua renovação, sem prejuízo da cobrança da taxa de renovação da autorização.

Seção VI

Da Arrecadação

Art. 186. A taxa será arrecadada no ato da expedição da licença, nos locais indicados pela administração fazendária, conforme regulamento próprio.

Seção VII

Das Isenções

Art. 187. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para execução de obras particulares:

- I - limpeza ou pintura externa de prédios ou residências, muros, grades ou equivalente;
- II - construções de muros e passeios;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

III - as construções provisórias destinadas a guardar materiais no local da obra licenciada.

IV - construção residencial padrão popular com área máxima de 70m² (setenta metros quadrados), quando o projeto de construção for fornecido pelo Município de Rio Branco do Sul ou por entidade conveniada.

V - aprovação de projetos de interesse público ou social, vinculado direto ou indiretamente à administração municipal.

VI - obras de instituições sem fins lucrativos reconhecidas como de utilidade pública pelo Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. A dispensa do pagamento da taxa que trata o presente artigo, não exime o contribuinte de sua inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul.

Seção VIII Das Penalidades

Art. 188. O sujeito passivo que iniciar qualquer obra sem a sua devida inscrição no cadastro fiscal do Município de Rio Branco do Sul, ficará sujeito as seguintes penalidades:

I - interdição das obras;

II - multa de 100% sobre o valor da unidade fiscal do município por metro quadrado de construção.

Capítulo V TAXA DE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVETUAL OU AMBULANTE.

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 189. A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante tem como fato gerador a atividade municipal de permissão, vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências da administração a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda praticar o comércio eventual ou ambulante no território do Município de Rio Branco do Sul.

Seção II Da Sujeição Passiva



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 190. É contribuinte da taxa a pessoa física ou jurídica que exerça a prática do comércio eventual ou ambulante, sem localização fixa, com ou sem a utilização de veículos ou qualquer outro equipamento, sujeito ao licenciamento ou à ação fiscal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. A atividade do comércio eventual ou ambulante, será regulamentada por decreto específico do executivo municipal.

Art. 191. Considera-se como comércio eventual ou ambulante toda e qualquer atividade exercida em vias e logradouros públicos, inclusive os vendedores de lanches, doces, e outros congêneres.

Seção III

Da Inscrição

Art. 192. No ato da solicitação da licença em forma de alvará, o contribuinte fornecerá para a administração fazendária todas as informações necessárias para sua perfeita inscrição no cadastro fiscal do Município de Rio Branco do Sul, conforme dispôr regulamento próprio da administração fazendária.

Parágrafo único. O interessado deverá anualmente procurar o Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul para renovar sua inscrição, que vencerá sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

Seção IV

Da Base de Cálculo

Art. 193. A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante, será calculada proporcionalmente ao número de dias requeridos para exercer a atividade conforme ANEXO - V.

Seção V

Do Lançamento

Art. 194. A taxa será lançada em nome do contribuinte de uma só vez.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Seção VI **Da Arrecadação**

Art. 195. A taxa será arrecadada de uma só vez no ato da concessão da licença .

Seção VII **Das Isenções**

Art. 196. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante:

I - os vendedores ambulantes, maiores de 14 anos e menores de 18 anos, de jornais e revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os cegos, surdos-mudos e deficientes físicos que exercer atividades para sua própria sobrevivência.

Parágrafo único. A dispensa do pagamento da taxa não desobriga o contribuinte de proceder sua inscrição no cadastro fiscal do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 197. É vedado o fornecimento de alvará de licença para exercer atividades para os menores de 14 (quatorze) anos de idade conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção VIII **Das Penalidades**

Art. 198. A falta da inscrição do vendedor ambulante, tanto a pessoa física como a jurídica, implicará nas seguintes penalidades:

I - apreensão da mercadoria e dos equipamentos, inclusive do veículo;

II - multa de 300% sobre o valor da unidade fiscal municipal para cada autuação.

Capítulo VI **DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE**

Seção I



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 199. A taxa de licença para publicidade tem como fato gerador a atividade do Município de Rio Branco do Sul, do ato de fiscalizar qualquer pessoa, física ou jurídica que pretenda utilizar ou explorar por qualquer meio, publicidade em geral, seja em ruas, logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público, incluindo inclusive os cartazes, letreiros, quadros, painéis, placas, anúncios, mostruários fixos ou itinerantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas, quando permitido e a propaganda falada por meio de amplificadores, alto-falantes e os demais meios.

Parágrafo único. A propaganda falada por qualquer meio de reprodução, será regulamentada por decreto do executivo municipal, contendo no mínimo as seguintes exigências:

- I - Horário para ser realizada;
- II - Local onde poderá ser efetuada;
- III - A quantidade máxima de decibéis permitida;
- IV - período de duração.

Art. 200. São solidários todas e quaisquer pessoas pela observância dos dispositivos previstos nesta legislação, inclusive os beneficiados pelos serviços de publicidade.

Art. 201. O requerimento para a licença deverá ser instruído com as informações necessárias e da foto em cores quando tratar-se de painéis ou equivalente, conter suas dimensões e o local em que será fixado.

§ 1º. Para instalação de painéis, placas, letreiros ou equivalentes, deverá observar as normas de posturas do município, se o local pretendido será ou não permitido a instalação de tais equipamentos.

§ 2º. Pretendendo instalar os equipamentos em propriedades particulares, a solicitação do interessado deverá fazer-se acompanhada da autorização do proprietário.

§ 3º. O Município de Rio Branco do Sul, reserva-se o direito de remover qualquer dos equipamentos previsto neste artigo, quando os mesmos não atenderem as normas legais previstas.

Parágrafo único. Em todo anúncio, é obrigatório sua identificação, com a fixação do número da autorização fornecida pelo departamento competente, sob pena de remoção dos instrumentos de publicidade.

Seção II



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Do Cálculo e da Arrecadação da Taxa

Art. 202. A taxa de licença para publicidade será calculada em função de sua modalidade conforme consta do ANEXO V.

Art. 203. A taxa de licença para publicidade será arrecadada no ato da autorização, nos locais determinados pela administração fazendária.

Parágrafo único. Quando tratar-se de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, destiladas ou fermentadas, a taxa será cobrada em dobro, ficando vedado sua localização próximo de escolas, colégios ou praças de esportes.

Seção III **Das Isenções**

Art. 204. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para publicidade:

I - os letreiros e caracteres destinados para fins cívicos, religiosos e eleitorais;

II - as indicações de endereços sem fins publicitários;

III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, quando fixas em suas fachadas, paredes, e vitrines internas e externas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas, catálogos, panfletos e irradiadas por meio dos serviços de radiodifusão.

Seção IV **Das Penalidades**

Art. 205. A falta do cumprimento das normas previstas, implicará nas seguintes penalidades:

I - multa de 500% sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM;

II - apreensão dos equipamentos de publicidades, inclusive o veículo se for o caso;

III - serão aplicadas as mesmas penalidades para os anunciantes.

Capítulo VII **DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO EM** **VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Seção I Da Incidência do Fato Gerador

Art. 206. A taxa de licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda ocupar o solo em vias e logradouros públicos, mediante instalação provisória de balcão, barracas, tabuleiros, quiosques, ou qualquer outro móvel ou utensílios, depositados ou colocados em vias e logradouros públicos com a finalidade comercial ou prestadora de serviço.

Parágrafo único. Aplicam-se as mesmas normas para os estacionamentos privativos de veículos de aluguel ou não, bem como colocação de postes ou tubulação em locais permitidos ou permissíveis.

Seção II Do Cálculo e da Arrecadação da Taxa

Art. 207. A taxa de licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos, será calculada conforme disposto no ANEXO - V.

Art. 208. A taxa a que se refere o artigo 206, será arrecadada no ato da concessão de uma só vez, nos locais indicados pela administração fazendária.

Seção III Das Isenções

Art. 209. Ficam dispensados do pagamento da taxa constante do artigo 206 da presente lei:

- I - as entidades com fins filantrópicos;
- II - as promoções e eventos realizados por entidades religiosas e estudantis;
- III - eventos culturais e artísticos.

Seção IV Das Penalidades

Art. 210. A inobservância das normas previstas na presente lei implicará na



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

seguintes penalidades:

- I - multa de 500% sobre a unidade fiscal municipal;
- II - apreensão dos objetos e equipamentos expostos nas vias e logradouros públicos, sem prejuízo dos tributos devidos.

Capítulo VIII

TAXA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Seção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 211. A taxa de saúde e vigilância sanitária tem como fato gerador a atividade municipal de controle e fiscalização de atividades comerciais, industriais, prestadora de serviços e agropastoril, efetuando sobre elas efetiva vigilância sanitária, quanto a qualidade dos produtos para consumo humano ou animal, do local e das condições de trabalho e habitação.

Art. 212. É contribuinte da taxa de saúde e vigilância sanitária toda pessoa física ou jurídica que utilizar-se das atividades dos serviços prestados pelo Município de Rio Branco do Sul em qualquer circunstância.

Seção II

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 213. O lançamento da taxa que trata o artigo 211 da presente lei, será efetuado anualmente ou no ato da autorização da licença ou da prestação dos serviços, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

Art. 214. A base de cálculo da taxa de saúde e vigilância sanitária é o valor estimado pela administração para manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal de Rio Branco do Sul que será aplicada nos termos do ANEXO III constante da presente lei.

Parágrafo único. O valor da taxa será progressivo, de acordo com o grau de risco epidemiológico e a área construída do estabelecimento, constante da tabela, conforme ANEXO III.

Art. 215. O sujeito passivo fica obrigado ao pagamento da taxa de um só vez, nos locais e prazos determinados pela administração fazendária.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 216. A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a sua renovação anual conforme regulamento próprio da Secretaria de Saúde Pública do Município de Rio Branco do Sul e aplicação dos Códigos Sanitários Federal e Estadual no que couber.

Art. 217. Considera-se distintos para efeito de lançamento e concessão da taxa de saúde e vigilância sanitária:

I - os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em locais diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

Seção III Da Inscrição

Art. 218. A inscrição será efetuada no cadastro da vigilância sanitária pelo interessado até na data do início das atividades do sujeito passivo, em requerimento protocolado e instruído com documentos conforme regulamento da Secretaria de Saúde do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 219. Serão efetuadas tantas inscrições quantas atividades exercer o sujeito passivo para cada estabelecimento ou local de atividades.

Art. 220. A falta da inscrição do contribuinte no cadastro da vigilância sanitária implicará além das penalidades cabíveis, o fechamento do estabelecimento ou local de atividades por tempo indeterminado, sem prejuízo das demais penalidades.

Parágrafo único. Considera-se local de atividades ou estabelecimento, qualquer parte onde exerça manipulação de alimentos, medicamentos, comércio, indústria, prestação de serviços, inclusive em vias públicas sobre bancas ou veículos de qualquer natureza.

Seção IV Das Penalidades

Art. 221. A falta de pagamento da taxa de saúde e vigilância sanitária implicará nas seguintes penalidades:

I - ocorrendo o recolhimento da taxa até o 15º dia após o vencimento, multa de 2% sobre o valor da taxa;

II - efetuando o recolhimento da taxa do 16º ao 30º dia após o vencimento a multa



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

será de 5% sobre o valor da taxa;

III - Após o 30º dia do vencimento a multa será de 10% sobre o valor da taxa.

Parágrafo único. Havendo ação fiscal para o recebimento da taxa, a multa será de 20% sobre o valor do crédito tributário.

Art. 222. Considera-se ação fiscal qualquer atividade do fisco municipal no sentido de receber tributos.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese as penalidades incidirão sobre o valor atualizados e juros de 1% ao mês sobre o valor do débito.

Art. 223. A falta de inscrição no cadastro da vigilância sanitária implicará em multa igual a 300% sobre o valor da unidade fiscal municipal, sendo reincidente a multa será aplicada em dobro.

Art. 224. As demais penalidades serão aplicadas levando em consideração o grau de gravidade da infração cometida, cabendo ao serviço de vigilância sanitária a notificação e a autuação do infrator conforme previsto na legislação Federal e Estadual, que trata sobre o assunto e regulamento próprio da Vigilância Sanitária do Município de Rio Branco do Sul.

Seção V Das Isenções

Art.225. Ficam dispensados do pagamento da taxa de saúde e vigilância sanitária as seguintes atividades:

I - Os serviços de caráter social, sem fins lucrativos;

II - As associações de classes, religiosas, estudantis, clubes esportivos, instituições educacionais, e de assistência social sem fins lucrativos, atendido os princípios legais.

Capítulo IX DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU COLOCADOS A SUA DISPOSIÇÃO

Seção I



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Das Disposições Gerais

Art. 226. As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados a sua disposição, são as seguintes:

- I - taxa de limpeza pública e coleta de lixo doméstico;
- II - taxa de combate a incêndio;
- III - taxa de iluminação pública;
- IV - taxa de conservação de vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. A base de cálculo das taxas é o valor estimado para seu custeio e manutenção, tendo como parâmetro a UFM, que será aplicado conforme ANEXOS da presente lei.

Art. 227. Ficarão dispensados ou isentos do pagamento das taxas que trata o artigo 226 da presente lei, os sujeitos passivos que atenderem as disposições que poderão ser previstas em lei municipal específica.

Capítulo X DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

Seção I Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 228. Os serviços decorrentes da utilização da limpeza pública e da coleta de lixo específicos e indivisíveis, prestados ou colocados a disposição do sujeito passivo, são os seguintes:

- I - a limpeza de galerias pluviais, bocas-de-lobo bueiros e irrigações;
- II - a varrição, lavagem de vias e logradouros públicos;
- III - coleta de lixo.

§ 1º. O fato gerador das taxas constantes do presente artigo é a efetiva prestação do serviço ou a sua colocação a disposição do sujeito passivo.

§ 2º. O valor da Taxa de Limpeza Pública, para imóveis com mais de uma testada, será obtido mediante a adição entre a metragem linear da testada principal, e 1/3 da metragem linear da testada secundária.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

§ 3º. Estão excluídos do item III, do artigo 228, os serviços de retirada de entulhos, por estarem enquadrados como Preços Públicos no item XII do artigo 262.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Art. 229. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título de imóveis localizados em logradouros públicos ou particulares onde o Município mantenha, com regularidade, quaisquer dos serviços constantes do artigo anterior.

Seção III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 230. Os serviços referidos no artigo 228 itens I, II e III, serão cobrados de acordo com o ANEXO VI, que faz parte integrante desta lei.

Art. 231. A taxa que trata o artigo 228 será lançada de ofício pelo departamento competente, em conjunto com outros tributos ou individualmente, conforme dispor regulamento próprio.

Art. 232. O chefe do poder executivo municipal fica autorizado a transferir os serviços que trata o artigo 228 itens I, II e III, através de licitação para iniciativa privada.

Art. 233. Ocorrendo lançamento em conjunto, será obrigatório a identificação na notificação dos tributos lançados.

Art. 234. O pagamento da taxa será efetuado conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

Capítulo XI

DA TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 235. Os serviços decorrentes da utilização da vigilância e prevenção de combate a incêndio, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto sua disposição compreendem:

I - potencial, quando sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou necessidade pública.

Parágrafo único. O fato gerador da taxa que trata o presente artigo é a efetiva prestação do serviço ou posto a disposição do sujeito passivo.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art. 236. É contribuinte da taxa o proprietário, o titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título de imóveis atingidos ou abrangidos pelos serviços.

Seção III Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 237. A taxa que trata o artigo 235 poderá ser lançada em conjunto com outros tributos ou individualmente conforme dispôr regulamento da administração fazendária.

Parágrafo único. A base de cálculo da taxa é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal

Art. 238. A taxa de combate a incêndio será lançada conforme ANEXO VI desta lei.

Art. 239. A arrecadação da taxa de combate a incêndio será efetuada conforme dispôr regulamento próprio da administração fazendária, indicando a época e o local do pagamento.

Art. 240. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a celebrar convênio com a Polícia Militar do Paraná para executar os serviços de combate a incêndio no Município de Rio Branco do Sul, atendido os princípios da lei.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Capítulo XII **DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Seção Única **Do Fato Gerador e da Incidência**

Art. 241. A taxa de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de operação, manutenção do sistema de iluminação pública, em vias e logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou colocados a sua disposição.

§ 1º. A taxa de iluminação pública será devida pelos proprietários, titulares de domínio útil, ou ocupantes de imóveis, beneficiados, ou que venha se beneficiar direta ou indiretamente com serviço de iluminação pública.

Art. 242. O lançamento e a cobrança da taxa de iluminação pública será efetuado:
I - pelo Município de Rio Branco do Sul, quando tratar de imóveis considerados sem edificações, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária, e de acordo com o ANEXO VI;
II - pela empresa concessionário do serviço de eletricidade, dos imóveis onde haja ligação permanente à rede de distribuição domiciliar, conforme dispor regulamento próprio baixado pelo executivo municipal.

Parágrafo único. Fica o chefe do executivo municipal autorizado e firmar convênio com a empresa concessionário de energia para lançamento e cobrança da taxa que trata o presente artigo item II.

Art. 243. A arrecadação da taxa de iluminação pública, quando efetuada pelo Município de Rio Branco do Sul, poderá ser em conjunto com outros tributos, atendendo o princípio da identificação de cada lançamento, ou separadamente conforme dispor regulamento, determinando o local e a época do pagamento, quando pela companhia de energia conforme dispor o convênio celebrado com o Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. A base de cálculo da taxa de iluminação pública é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção, tendo como parâmetro a unidade fiscal do município.

Capítulo XIII **DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS** **PÚBLICOS**



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Seção I **Da Incidência e do Fato Gerador**

Art. 244. Os serviços decorrentes da utilização de conservação de vias e logradouros, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou posto a sua disposição, compreende:

- I - conservação de logradouros pavimentados;
- II - reparação de logradouros não pavimentados.

§ 1º. Consideram-se logradouros as ruas, avenidas, parques, jardins e similares, localizados no Município de Rio Branco do Sul.

§ 2º. Os serviços de reparação de logradouros não pavimentados serão cobrados dos contribuintes lindeiros com as vias e logradouros, que objetivem os serviços de restauração, nivelamento, manutenção de pontes e canaletas.

§ 3º. O fato gerador da obrigação tributária é a efetiva prestação dos serviços ou a sua colocação a disposição do sujeito passivo.

Seção II **Do Sujeito Passivo**

Art. 245. É contribuinte da taxa o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóveis edificadas ou não, localizado em logradouros público que forem servidos por um dos serviços constantes do artigo anterior.

Seção III **Do Lançamento e da Arrecadação**

Art. 246. O preço da taxa é o valor estimado pela administração para custeio e manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal - UFM, conforme ANEXO VI desta lei.

Art. 247. A taxa de conservação de vias e logradouros públicos, poderá ser lançada em conjunto com outros tributos ou individualmente, quando em conjunto deverá ser identificado o valor da taxa entre os demais tributos.

Art. 248. O pagamento da taxa será efetuado nas épocas e nos locais conforme



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Estado do Paraná

dispor regulamento da administração fazendária.

Capítulo XIV
DA TAXA DE VISTORIA E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Seção I
Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 249. A Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndios, tem como fato gerador a vistoria técnica exercida anualmente, pelo Corpo de Bombeiros, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, agremiações e edifícios residenciais ou não, com mais de 3 (três) pavimentos ou com área superior a 650m² (seiscentos cinquenta metros quadrados), neste caso, independentemente do número de pavimentos, que incidirá sobre estes estabelecimentos.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 250. É contribuinte da taxa que trata o artigo 249, toda e qualquer pessoa física ou jurídica, estabelecida com comércio, indústria, prestador de serviços, proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de edifício residencial, comercial, industrial e prestação de serviços com mais de 3 (três) pavimentos ou de imóveis com área superior a 650m² (seiscentos cinquenta metros quadrados) independentemente do número de pavimentos.

Seção III
Da Inscrição

Art. 251. Todos os imóveis serão inscritos no cadastro imobiliário do Município de Rio Branco do Sul, mesmo que pertencentes a pessoas isentas ou imunes, obedecendo, para tal no que couber, o disposto sobre a matéria relativa ao imposto predial e territorial urbano.

Art. 252. A concessão do alvará de licença para localização e funcionamento, bem como sua reformulação através da taxa de verificação de regular funcionamento, para estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, ou locais



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

para esses fins destinados, e o habite-se dos imóveis atingidos pelo fato imponível, somente será concedido mediante a apresentação do competente certificado de vistoria passado pelo corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná sediada na cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 253. Compete ao Grupamentado Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, localizada no Município de Rio Branco do Sul, a organizar e reformular as normas de vistorias e fiscalização previstas na presente lei, com anuência do executivo municipal.

Art. 254. O Comando do Destacamento do Corpo de Bombeiros, localizado na cidade de Rio Branco do Sul, solicitará sempre que necessário, os serviços de engenharia do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, ou de empresa de reconhecida capacidade técnica para realizar as vistorias em instalações comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, quando não dispuser de elementos suficientes, em razão da área de construção, do tipo de instalação, sua destinação, complexidade e risco de operação.

Parágrafo único. A juízo do executivo municipal, levando em consideração o risco iminente ou de interesse público, e também do requerente, poderá a qualquer tempo constituir comissão especial para vistorias, sendo a mesma composta por três elementos, o comandante do Corpo de Bombeiros e dois engenheiros, que juntos lavrarão o laudo de vistoria objeto da comissão.

Art. 255. As vistorias que trata o artigo anterior e seu parágrafo único, serão executadas de ofício ou a pedido do interessado.

Art. 256. A inclusão do contribuinte num dos grupos especificados na presente lei, não exclui o mesmo da obrigação do pagamento da taxa de combate a incêndio.

Seção IV Da Base de Cálculo

Art. 257. A base de cálculo da Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndio, será a despesa estimada pela administração para a manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a unidade fiscal municipal, sendo sua aplicação efetuada conforme ANEXO II.

Parágrafo único. O valor da taxa poderá ser progressivo dependendo do grau de risco de cada atividade, ou de sua localização, conforme dispôr regulamento próprio.

Seção V



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 258. A Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndio, será lançada pela administração fazendária, de ofício no ato da concessão do alvará de licença ou da sua renovação anual, bem como da concessão do habite-se ou visto de conclusão de obras.

Parágrafo único. A análise de projeto em que for exigível sistema de proteção fixa sob comando, com hidrante ou automático será considerado como vistoria técnica, sendo tributado o favorecido pelos valores devidos, inclusive a expedição de documentos ou laudo técnico, aplicando-se a mesma norma para aprovação de projetos quando for o caso.

Art. 259. A Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndio, poderá ser arrecadada individualmente ou em conjunto com outros tributos, nos prazos e locais indicados pela administração, conforme dispôr regulamento.

Seção VI Das Penalidades

Art. 260. A infração das normas de segurança recomendadas pelo Corpo de Bombeiros, pela legislação municipal e demais atos pertinentes, implicarão, isoladas ou acumulativamente, além das responsabilidades específicas cabíveis as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa igual a 500% sobre o valor da unidade fiscal municipal, e na reincidência a penalidade será aplicada sempre em dobro a anterior;

III - suspensão, impedimento ou interdição temporária do estabelecimento ou do local de atividade, bem como do prédio ou locação, até o cumprimento das normas previstas;

IV - cassação ou cancelamento do alvará de licença, bem como do habite-se ou visto de conclusão de obras se for o caso.

§ 1º. As multas serão aplicadas mediante a emissão do auto de infração, contendo informações das infrações cometidas e das penalidades aplicadas.

§ 2º. O contribuinte reincidente poderá ser submetido ao sistema especial de fiscalização.

Seção VII Das Isenções



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 261. Ficam dispensados do pagamento da Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndio:

I - todos os órgãos da administração pública municipal;

II - as associações de classe, religiosas, estudantis, clubes esportivos, sindicatos, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, e atendido os princípios legais.

Capítulo XV

DOS DEMAIS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL

Seção Única

Dos Preços Públicos

Art. 262. Os demais serviços prestados pelo Município de Rio Branco do Sul, serão tratados como preço público ou tarifas, não havendo necessidade do atendimento do princípio da anualidade ou anterioridade, seus preços serão determinados por decreto do executivo municipal, entre eles serão tratados como preço público:

I - fornecimento de certidões e cópias de documentos, inclusive segunda via de carnês ou equivalentes;

II - protocolizar documentos em geral autenticação de livros e documentos fiscais;

III - numeração de prédios;

IV - alinhamento e nivelamento;

V - liberação de bens apreendidos;

VI - serviços técnicos;

VII - serviços de cemitério, inclusive título de aforamento perpétuo;

VIII - serviços de máquinas, caminhões e veículos em geral de propriedade do Município;

IX - serviços de limpeza de imóveis com ou sem edificações;

X - serviço de água e esgoto;

XI - serviço de transporte de passageiros, inclusive transporte de alunos;

XII - serviço de retirada de entulhos ou lixo;

XIII - serviço de matadouro;

XIV - serviço de conservação de estradas, carreadores, pontes e bueiros;

XV - serviços de vigilância noturna;

XVI - uso do terminal rodoviário.

Título V



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Estado do Paraná

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Capítulo Único
Seção I

Do Fato Gerador e da Sujeição Passiva

Art. 263. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas.

Art. 264. A Contribuição de Melhoria terá como limite total as despesas realizadas, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamentos, inclusive encargos de natureza financeira ou sociais.

§ 1º. Os valores que trata o presente artigo serão atualizados por ocasião do lançamento.

§ 2º. Os elementos referidos no “caput” deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela administração municipal.

Art. 265. A Contribuição de Melhoria será devida em decorrência de obras públicas realizadas pela administração municipal, direta ou indireta, inclusive quando decorrente de convênios com o Estado ou União, ou mesmo em conjunto com entidades Estadual ou Federal.

Art. 266. As obras públicas que justifiquem sua cobrança na categoria de contribuição de melhoria, classificar-se-ão em dois grupos:

I - ordinária, quando referente as obras preferenciais, e de iniciativa da própria administração municipal;

II - extraordinária, quando referente a obras de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes atingidos pela área da obra solicitada.

Parágrafo único. Para caracterizar a solicitação da obra que trata o presente artigo, inciso II, deverá ser manifestada o interesse através de abaixo assinado pelos contribuintes que as interesse, contendo endereço do imóvel e a assinatura do interessado.

Art. 267. O sujeito passivo da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona atingida pela obra pública.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 1º. Os bens indivisos serão lançados em nome de quem estiver cadastrado no cadastro imobiliário do Município de Rio Branco do Sul.

§ 2º. Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos, ou em nome de quem constar do cadastro imobiliário do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 268. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando imóvel, mesmo após a transmissão a qualquer título.

Seção II Do Cálculo, Lançamento e do Edital

Art. 269. A contribuição de melhoria será calculada, levando-se em consideração o valor total e a natureza de cada obra pública realizada.

Art. 270. Para a constituição da contribuição de melhoria, o órgão fazendário do Município de Rio Branco do Sul deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

- a) memorial descritivo, orçamento do custo parcial ou total da obra;
- b) determinação da parcela do custo a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;
- c) relação dos imóveis localizados na zona atingida pelas obras públicas e o valor da contribuição de melhoria de cada um dos imóveis atingidos pelas obras realizadas.

Art. 271. Os titulares de imóveis relacionados no artigo anterior alíneas “a, b, c ” terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital, para impugnação contra:

- I - erros de localização ou da área de testada do imóvel;
- II - montante da contribuição de melhoria;
- III - da forma e dos prazos de seu pagamento.

Art. 272. O órgão fazendário do município poderá fazer a comunicação pessoal do edital aos titulares de imóveis atingidos pelas obras públicas, ou publicar no órgão oficial do Município.

Art. 273. Executada a obra em sua totalidade ou em parte suficiente para determinados imóveis, de modo justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á o lançamento para os imóveis já atingidos pelas obras totalmente concluídas ou em fase de conclusão.

Art. 274. O órgão fazendário responsável pelo lançamento providenciará a constituição do crédito tributário de cada imóvel atingido pelas obras, notificando seus titulares diretamente ou por meio de edital publicado no órgão oficial do



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Município contendo no mínimo as seguintes informações:

I - valor da contribuição de melhoria;

II - prazo para pagamento de uma só vez ou parcelamento do débito e local de pagamento;

III - prazo para impugnação.

Art. 275. O sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do referido edital para a impugnação de quaisquer dos elementos dele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida ao Departamento de Finanças do Município de Rio Branco do Sul, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo-fiscal e não terá efeito suspensivo da cobrança da contribuição de melhoria.

Seção III Do Pagamento

Art. 276. A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo que cada parcela não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma unidade fiscal municipal.

Parágrafo único. Quando parcelado o pagamento da contribuição de melhoria, incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês e terão seus valores atualizados conforme dispor regulamento próprio.

Art. 277. A falta de pagamento de duas parcelas consecutivas, implicará no vencimento das demais parcelas vincendas, ficando o débito total sujeito a inscrição em dívida ativa, independente de qualquer aviso ou notificação por parte do Município.

Parágrafo único. A falta de pagamento das parcelas ou total do débito, implicará além de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa de 2% sobre o valor vencido até 15º dia após o vencimento, ocorrendo o pagamento até o 30º dia após o vencimento multa de 5% sobre o valor vencido, e após, este prazo a penalidade será de 10% sobre o valor vencido.

Art. 278. Quando o crédito tributário for cobrado através de ação fiscal, a multa será de 20% sobre o valor do débito além das demais penalidades cabíveis.

Seção IV Das Disposições Finais



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 279. Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a firmar convênio com a União e com o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria decorrente de obra pública executada na esfera federal ou estadual, cabendo ao Município porcentagem na receita arrecada.

Art. 280. O Prefeito Municipal poderá delegar a entidade da administração indireta, as funções de cálculo, cobrança e arrecadação de contribuição de melhoria, bem como do julgamento das impugnações e recursos por parte do sujeito passivo.

Art. 281. Nos casos das obras serem executadas ou fiscalizadas por entidades da administração indireta, o valor arrecadado, que constitui a receita de capital, lhe será automaticamente repassado ou retido, caso a entidade esteja autorizada a arrecadar para aplicação em obras geradora de tributos.

Parágrafo único. O chefe do poder executivo poderá firmar convênio com o comércio e prestadores de serviços para efetuar arrecadação da contribuição de melhoria, conforme dispor regulamento próprio.

Título VI

CADASTRO RURAL

Capítulo Único

Art. 282. Todos os possuidores a qualquer título de bens imóveis localizados na zona rural do Município de Rio Branco do Sul estão obrigados a efetuar o cadastro de sua propriedade, conforme regulamento próprio baixado pelo executivo municipal.

Art. 283. Sempre que ocorrer alteração no imóvel deverá proceder as devidas alterações no cadastro fiscal.

Parágrafo único. Considera-se como alterações, a subdivisão, fusão ou anexação da área do imóvel, bem como a alteração de proprietários ocorrida a transmissão por qualquer meio.

Art. 284. No cadastro fiscal deverá constar no mínimo as seguintes informações:
I - nome e endereço completo do imóvel, e suas características, inclusive a inscrição do INCRA;
II - nome e endereço do seu possuidor a qualquer título, inclusive seu CPF;
III - tipo de cultura ou atividade exercida no imóvel, bem como a área utilizada para



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

cada uma.

Art. 285. Todo possuidor de imóvel rural está obrigado a emissão da nota fiscal de produtor, tanto para as vendas bem como para simples transferência, conforme dispor regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Parágrafo único. A nota fiscal de produtor, que trata o presente artigo, fica sujeita as normas do Departamento de Finanças do Estado do Paraná, em convênio com o Município de Rio Branco do Sul.

Art. 286. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a fornecer o talonário de nota fiscal para o contribuinte, dentro das normas previstas, sem custo para o sujeito passivo.

Art. 287. O Município de Rio Branco do Sul, através de convênio específico com o Estado do Paraná, colocará em disponibilidade servidores municipais para em conjunto prestarem serviços de fiscalização e acompanhamento da emissão e controle da nota fiscal do produtor.

Parágrafo único. Além de servidores municipais, também fornecerá veículos e equipamentos de processamento de dados para executar os serviços de controle e fiscalização.

Art. 288. Sempre que ocorrer a transmissão do bem imóvel localizado na zona rural, fica o tabelião obrigado a comunicar o serviço de cadastro fiscal do Município de Rio Branco do Sul para as devidas alterações.

Parágrafo único. Na ocorrência da transmissão é obrigatória a apresentação da certidão negativa, passada pelo departamento competente da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, sendo atribuída tal responsabilidade para os serventuários responsáveis pela lavratura e registro dos título de propriedades.

Art. 289. A inobservância das exigências previstas nos artigos anteriores, implicará em penalidades previstas neste lei, sem prejuízo das penalidades previstas nas demais legislações.

Título VII Capítulo I DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

Art. 290. A expressão “legislação tributária” compreende as leis, decretos, e normas complementares que visem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município de Rio Branco do Sul e relações jurídicas a eles pertinentes.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 291. Somente a lei pode estabelecer:

- I - a instituição de tributos ou sua extinção;
- II - a majoração de tributos ou sua redução;
- III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - a fixação de alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades

Parágrafo único. Serão dispensadas as exigências do presente artigo, quando já constar da presente lei tal autorização.

Art. 292. Não constitui majoração de tributos a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Parágrafo único. A atualização a que se refere este artigo será feita anualmente por decreto do executivo municipal, tendo como parâmetro o índice oficial divulgado pelo governo federal.

Art. 293. O chefe do executivo municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre a matéria tributária de competência do Município de Rio Branco do Sul, sempre observando:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e a legislação federal posterior;
- III - as disposições deste código e das leis municipais a ele subsequentes.

Art. 294. São normas complementares das leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
- III - as práticas reiteradamente e observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 295. Nenhum tributo será cobrado, em cada exercício financeiro, sem que a lei que o houver instituído ou majorado esteja em vigor no início desse exercício.

Parágrafo único. Entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte aquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o disposto de lei que:

- I - defina novas hipóteses de incidência;
- II - extinga ou reduza isenções, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Capítulo II



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 296. A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

- I - obrigação tributária principal;
- II - obrigação tributária acessória.

§ 1º. Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º. Obrigação tributária acessória é aquela que se dá em função da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previsto, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º. A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Seção II Do Fato Gerador

Art. 297. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 298. O fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de atos que não configure obrigação principal.

Seção III Do Sujeito Ativo

Art. 299. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Rio Branco do Sul é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos previstos neste Código tributário e nas demais legislações a ele subseqüentes.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 1º. A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa de direito público.

§ 2º. Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Seção IV Do Sujeito Passivo

Art. 300. Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código, ao pagamento de tributos da competência do Município de Rio Branco do Sul.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constituía o respectivo fato gerador;

II - responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas deste código.

Art. 301. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou a abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

Art. 302. Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser oposto à Fazenda Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção V Da Solidariedade

Art. 303. São solidariamente obrigados:

I - as pessoas expressamente designadas neste Código Tributário;

II - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal.

Parágrafo único. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Art. 304. Salvo os casos expressamente previstos em leis, a solidariedade produz os



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

seguintes efeitos:

- I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita os demais;
- II - A isenção ou remissão do crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção VI Da Capacidade Tributária

Art. 305. A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato da pessoa encontrar-se nas situações previstas em leis, dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo único. A capacidade tributária passiva independe :

- I - da capacidade civil das pessoas naturais
- II - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída ou não, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;
- III - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens ou negócios.

Seção VII Do Domicílio Tributário

Art. 306. Ao contribuinte ou responsável será facultado a escolher e indicar à repartição fazendária, na forma e nos prazos previstos em regulamento próprio, o seu domicílio tributário dentro do Município de Rio Branco do Sul, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolver sua atividade, respondendo por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e a prática dos demais atos que constitua, ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º. Na falta da eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

- I - quanto as pessoas naturais, a sua residência habitual, ou sendo esta incerta ou desconhecida, o local habitual de suas atividades;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou das firmas individuais, o lugar de sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, ou de cada estabelecimento;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

III - quanto as pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 2º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária.

§ 3º. A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio tributário eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 307. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

Capítulo III Das Responsabilidades Tributárias

Seção I Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 308. Os créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, as taxas pela prestação de serviços que gravem os bens imóveis e a contribuição de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em haste pública, a subrogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 309. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos sem que tenha havido a prova de sua quitação;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão ou a meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data do encerramento da sucessão.

Art. 310. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelo tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado transformadas, fusionadas ou incorporadas.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob forma indivisível.

Art. 311. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob forma de firma individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou qualquer outra atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção II Da Responsabilidade de Terceiros

Art. 312. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervirem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

V - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, razão do seu ofício;

VI - os sócios, no caso de liquidação da sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 313. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção III



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Da Responsabilidade por Infrações

Art. 314. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo único. A responsabilidade por infração da legislação tributária, salvo exceções independem da intenção do agente ou do terceiro, e da efetividade, natureza e extensão das conseqüências do ato.

Art. 315. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Parágrafo único. A responsabilidade é pessoal do agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo, ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente do dolo específico;

a) das pessoas referidas no artigo 312, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos e empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 316. A responsabilidade será excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionadas com a infração.

Capítulo IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 317. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 318. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 319. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste código.

Seção I Da Constituição do Crédito Tributário - Lançamento

Art. 320. Compete privativamente à autoridade administrativa a constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

- I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- II - determinar a matéria tributável;
- III - calcular o montante do tributo devido;
- IV - identificar o sujeito passivo;
- V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 321. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se o lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 322. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

- I - lançamento direto ou de ofício, quando efetuado unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção ou participação do sujeito passivo;
- II - lançamento por homologação ou auto lançamento, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo a obrigação de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado,



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

expressamente homologue;

III - lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação;

IV - por arbitramento da receita bruta, quando o sujeito passivo deixar de cumprir os pedidos de informações do fisco municipal no prazo determinado. Esta modalidade de lançamento será efetuado com a emissão do auto de infração.

V - por estimativa a critério da administração fazendária, tendo em vista as condições do sujeito passivo quanto a sua escrituração e o tipo de serviço prestado, e de acordo com o regulamento próprio.

§ 1º. A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o sujeito passivo da obrigação tributária, e nem que de qualquer modo lhe aproveite.

§ 2º. O pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos do inciso II deste artigo não extingue o crédito tributário até a sua homologação pela administração fazendária, salvo por decurso do prazo prescricional do crédito tributário.

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito tributário, tais atos serão, porém, considerados na sua apuração do saldo porventura devido, e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º. É de 5 (cinco) anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador, o prazo para homologação a que se refere o inciso II deste artigo, expirado esse prazo sem que o fisco municipal tenha pronunciado sobre o lançamento, considera-se homologado o lançamento, e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovadamente a existência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º. Na hipótese do inciso III deste artigo a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributos, somente terá aceite mediante comprovação do erro em que se funde, e antes da notificação do lançamento.

§ 6º. Os erros contidos na declaração que se refere o inciso III deste artigo, serão apurados quando do seu exame pelo fisco municipal, e retificados de ofício pela administração fazendária.

Art. 323. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, nas seguintes condições:

I - lançamento de ofício, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela administração fazendária, nos seguintes casos:

a) quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela administração fazendária, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente a juízo daquela autoridade;
- c) quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- d) quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada nos casos de lançamento por homologação;
- e) comprovando-se ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que de lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- f) quando comprovadamente o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- g) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;
- h) quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude, ou falta funcional por parte da autoridade fazendária que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de atos ou formalidade essencial;
- i) nos demais casos expressamente previstos neste código ou em lei subsequente.

II - lançamento aditivo, quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução.

III - lançamento substitutivo, quando em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Art. 324. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao sujeito passivo por qualquer uma das seguintes formas:

- I - por notificação direta;
- II - por publicação no órgão oficial do Município de Rio Branco do Sul;
- III - por publicação em órgão da imprensa local;
- IV - por meio de edital afixado na Prefeitura;
- V - por remessa de aviso via postal;
- VI - por qualquer outra forma de divulgação prevista na legislação tributária do Município.

§ 1º. Quando o domicílio tributário do sujeito passivo for localizado no território do Município de Rio Branco do Sul, e indicado pelo mesmo, a remessa da notificação ou aviso, será feita via postal.

§ 2º. Na impossibilidade de localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através da remessa via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento com a publicação nominal do lançamento ou suas alterações:

- I - mediante comunicação publicada em órgão da imprensa local, oficial ou não;
- II - mediante afixação de edital na Prefeitura.

Art. 325. É facultado ao Município o arbitramento da base de cálculo de tributos,



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

quando o sujeito passivo não atender a solicitação da administração fazendária, ou atender insatisfatoriamente dificultando o conhecimento do valor real da receita bruta.

§ 1º. O arbitramento que trata o presente artigo, será feito mediante lavratura do auto de infração, contendo todas as informações necessárias para a constituição do crédito tributário.

§ 2º. Somente será lavrado o auto de infração após vencimento da segunda notificação, com prazo entre elas não superior a 10 (dez) dias.

§ 3º. O arbitramento a que refere o presente artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

Capítulo V SUPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Modalidades de Suspensão

Art. 326. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos definidos na parte processual deste código;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Seção II Da Moratória

Art. 327. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos, à data da lei ou do despacho que conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude, ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 328. A moratória somente poderá ser concedida:

I - Em caráter geral, concedido por decreto do executivo municipal, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeito passivo;

II - Em caráter individual, por despacho da autoridade da administração fazendária, quando solicitado via requerimento por parte do sujeito passivo.

Art. 329. O decreto do executivo municipal que conceder moratória geral ou o despacho que a conceder em caráter individual obedecerão aos seguintes requisitos:

I - na concessão em caráter geral, o decreto especificará o prazo de duração do benefício fiscal, e quais os tributos que serão atingidos em sua aplicação.

II - na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do benefício.

III - A falta de pagamento de 3 (três) parcelas ou prestações consecutivas, implicará automaticamente no cancelamento do benefício concedido, independente de qualquer aviso ou notificação por parte do Município, promovendo de imediato a inscrição do débito em dívida ativa para sua cobrança através de ação executiva de débitos tributários.

Art. 330. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que constatar que o beneficiado não está satisfazendo ou deixou de satisfazer as condições pré determinadas para a concessão, e será cobrado o crédito tributário acrescido de juros de mora:

I - com imposição de penalidades cabíveis, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidades nos demais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e a sua revogação não será computado para efeito de prescrição do direito de cobrança do crédito tributário.

§ 2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só poderá ocorrer antes da prescrição do direito da cobrança do crédito tributário, sob pena de responsabilidade funcional.

Seção III Do Depósito



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 331. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no artigo 362 deste código;

II - para atribuir efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma dos artigos 421 e 423 deste código;

b) à reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhorias;

c) a qualquer outro ato por ele impetrado administrativamente ou judicialmente, visando à modificação, a extinção ou exclusão, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 332. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I - para garantia de instância, na forma das normas processuais deste código;

II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo nos casos de compensação;

III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 333. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco nos casos de:

a) lançamento direto ou de ofício;

b) lançamento misto ou por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido sua modalidade;

d) aplicação de penalidades pecuniárias.

II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação ou auto lançamento;

b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco municipal, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 334. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura ou local indicado pelo fisco municipal, observando o disposto no artigo 335.

Art. 335. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - em moeda corrente no país;

II - por cheque;

III - em vale postal.

§ 1º. O depósito efetuado por meio de cheque somente suspenderá a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo favorecido.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 2º. A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, visando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

Art. 336. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou parte do crédito tributário, quando este for exigido em prestações abrangido pelo depósito.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vencidas em que tenha sido decomposto;

II - quando o total de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV Da Cessação do Efeito Suspensivo

Art. 337. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 338;

II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 364;

III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - pela cessação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Capítulo VI EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Modalidades de Extinção

Art. 338. Extingue o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão,

V - a prescrição e a decadência;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

VI - a conversão do depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos disposto na legislação tributária do Município de Rio Branco do Sul.

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município de Rio Branco do Sul.

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

X - a decisão judicial passada em julgado;

XI - dação em pagamento.

Seção II Da Arrecadação

Art. 339. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiros, em moeda corrente do país, ou em cheque, na forma e prazos fixados nas normas tributária.

§ 1º. O crédito pago por meio de cheque somente será extinto com o resgate do mesmo.

§ 2º. Considera-se pagamento do respectivo tributo por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, sem prejuízo da responsabilidade da fonte pagadora quanto à liquidação do crédito tributário.

Art. 340. Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado na tesouraria da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, ou nos locais por ela indicados, como os estabelecimentos, bancários, comércio e prestadores de serviços, sob pena de nulidade do fato.

Art. 341. O pagamento da parcela vincenda, não implicará em prejuízo da cobrança das parcelas vencidas.

Art. 342. O pagamento de débito tributário não importa em presunção:

I - de pagamento de outras prestações em que decompõe;

II - de pagamento de outros débitos, referentes ao mesmo ou outros tributos, decorrentes de lançamento de ofício, aditivos, complementares ou substitutivos.

Art. 343. A falta de pagamento do débito tributário nos respectivos prazos de vencimentos, independente de ação fiscal, importará na cobrança em conjunto dos seguintes acréscimos:

I - multa de :



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- a) até o 15º dia após o vencimento 2% sobre o valor atualizado do débito;
- b) do 16º ao 30º dia após o vencimento 5% sobre o valor atualizado do débito;
- c) após o 30º dia do vencimento 10% sobre o valor atualizado do débito;
- d) ocorrendo ação fiscal 20% sobre o valor do débito atualizado.;
- e) após inscrição em dívida ativa 30% sobre o valor atualizado do débito.

II - juros de mora a razão de 1% ao mês a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando mês e qualquer fração deste.

III - correção monetária do débito, mediante a aplicação de tabela baixada pelo Município, com base nos índices divulgados pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Em se tratando de falta de recolhimento de imposto retido na fonte a multa será de 100% sobre o valor do débito atualizado.

Art. 344. As multas e juros de mora de que trata o artigo anterior, referentes a prestações vencidas e ainda não inscritas em dívida ativa, poderão ser dispensadas pela administração fazendária, desde que o sujeito passivo antecipe o recolhimento do mesmo número de parcelas vincendas.

Art. 345. O débito do lançamento não recolhido no seu vencimento, será inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança judicial.

§ 1º. Tratando-se de lançamentos emitidos em parcelas, poderão as mesmas serem inscritas em dívida ativa após o vencimento de cada uma.

§ 2º. Os lançamentos, aditivos e substitutivos, de ofício serão inscritos em dívida ativa 30 (trinta) dias após sua notificação.

Art. 346. Nenhum recolhimento de tributos será efetuado sem que seja expedido a competente guia de recolhimento, denominada de - Guia de Recolhimento Municipal - GRM.

Art. 347. Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada as jurisprudência.

Art. 348. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a efetuar convênio com estabelecimentos de créditos estabelecidos na cidade de Rio Branco do Sul para efetuar arrecadação de tributos municipais, bem como com estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, conforme dispor decreto do executivo municipal regulamentando os serviços.

Art. 349. O chefe do executivo municipal poderá firmar convênio com estabelecimento de crédito para manter posto de atendimento ao contribuinte dentro do prédio da sede do Município ou em suas dependências, conforme dispor decreto do executivo municipal regulamentando tal serviço.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Seção III Da Restituição

Art. 350. O sujeito passivo terá direito à restituição, total ou parcial das importâncias pagas a título de tributos, nos seguintes casos:

I - por recolhimento de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstância materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.

II - erro de identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota no cálculo do montante do débito ou da elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III - reforma, anulação de decisão condenatória.

IV - quando ocorrer recolhimento em duplicata.

Art. 351. O pedido de restituição será conhecido quando acompanhado da prova do pagamento indevido do tributo, e apresentadas as razões da ilegalidade ou irregularidade do recolhimento.

Parágrafo único. Não caberá restituição quando o sujeito passivo efetuar recolhimento de tributo, devendo o mesmo localizar o contribuinte de fato e efetuar negociação entre si.

Art. 352. A restituição do tributo, quer por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove houver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 353. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar a devolução, na mesma proporção recolhida, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º. A restituição vence juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que determinar.

§ 2º. A importância restituída será atualizada até a data da restituição, além dos juros constante do artigo anterior.

Art. 354. O direito de solicitar ou pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 350, da data da extinção do crédito tributário;

II - Na hipótese do inciso II do artigo 350, da data em que se tornar definitiva ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 355. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da fazenda municipal.

Seção IV Da Transação

Art. 356. Fica o chefe do poder executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútua, importe em prevenir ou terminar litígio e, conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Parágrafo único. O regulamento estipulará as condições e as garantias sob quais se dará a transação.

Seção V Da Remissão

Art. 357. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a conceder por despacho fundamentado, remissão parcial ou total do crédito tributário, atendendo:

- I - a situação econômica do sujeito passivo;
- II - por erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - reduzida importância do crédito tributário;
- IV - as considerações de equidade, em relação as características pessoais ou materiais do caso;
- V - as condições peculiares a determinada região do território do Município.

§ 1º. Poderá ser cancelado, inclusive débitos inscritos em dívida ativa, atendendo ao disposto no presente artigo.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 330.

Seção VI Da Prescrição



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 358. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constituía em mora o devedor;

IV - por qualquer inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Seção VII Da Decadência

Art. 359. O direito da fazenda municipal de constituir o crédito tributário contra o sujeito passivo, extingue-se em 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anterior efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciado a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Seção VIII Da Conversão do Depósito em Renda

Art. 360. Extingue-se o crédito tributário a conversão em renda, de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia da instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

§ 1º. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença contra a fazenda municipal será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos neste Código e nos regulamentos próprios;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

crédito tributário.

§ 2º. Aplicam-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no artigo 335 deste Código.

Seção IX

Da Homologação do Lançamento

Art. 361. Extingue-se o crédito tributário com a homologação do lançamento, na forma do inciso II do artigo 322, observadas as disposições dos seus § 2º, 3º e 4º.

Seção X

Da Consignação em Pagamento

Art. 362. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância tributária, nos casos de:

- I - recusa do recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- II - exigência por mais de uma pessoa de direito público, de tributos idêntico sobre o mesmo fato gerador;

§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda, julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito tributário, acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês ou fração e correção monetária, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º. Na conversão da importância em renda, aplica-se as normas do § 1º e 2º do artigo 360.

Seção XI

Da Dação em Pagamento

Art. 363. O contribuinte do Município poderá extinguir o crédito tributário mediante a dação em pagamento de bens móveis, imóveis, produtos, obras e serviços.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

§ 1.º Os bens móveis, imóveis, produtos, obras ou serviços serão oferecidos pelo contribuinte e aceitos ou não pela Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com o interesse público.

§ 2.º As propostas serão dirigidas pelos interessados à Secretaria de Finanças, que avaliará o interesse e a necessidade da Administração, obedecendo os programas e metas desenvolvidos pelo Governo Municipal.

§ 3.º As propostas apresentadas, serão examinadas por uma Comissão Especial, composta por 1(um) representante da Secretaria Municipal de Administração, 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Finanças, 1(um) representante da procuradoria jurídica do Município.

§ 4.º Não serão aceitas as propostas cujos preços sejam maiores dos que os praticados pelo mercado

§ 5.º Aceita a proposta, a dação em pagamento deverá ser formalizada nas condições e prazos fixados pela Secretaria de Finanças.

Seção XI

Das Demais Modalidades de Extinção

Art. 364. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;
- II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação; ou
- IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º. Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas neste Código.

Capítulo VII



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Modalidades de Exclusão

Art. 365. Excluem o crédito tributário:

- I - a isenção;
- II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.

Seção II Da Isenção

Art. 366. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposição legal:

- I - deste Código ou de lei Municipal subsequente;
- II - disposição constitucional ou de emendas constitucional subsequente.

Parágrafo único. A isenção concedida expressamente para determinado tributo, não atinge os demais tributos, não sendo também extensiva a outros instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 367. A isenção será concedida sempre por lei específica, e regulamentada por decreto do executivo municipal.

Art. 368. A isenção concedida não gera direito adquirido, ficando o beneficiado obrigado ao cumprimento das condições impostas para tal favor fiscal.

Parágrafo único. A isenção que trata o artigo 366 sempre será concedida em caráter geral e impessoal levando em consideração a isonomia fiscal.

Seção III Da Anistia

Art. 369. A anistia, assim entendido o perdão das infrações cometidas e a



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

conseqüente dispensa do pagamento das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude, ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal previsto na legislação federal;

III - as infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 370. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias, até determinado montante conjugados ou não com penalidade de outra natureza;

c) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º. A anistia, quando não concedida em caráter geral, será efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 2º. O despacho referido no parágrafo anterior não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, a regra do artigo 329.

Art. 371. A concessão da anistia dá a infração por não cometida, e por conseguinte, a infração não constitui antecedente para efeito de imposto ou graduação de penalidade por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequentes, cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

Capítulo VIII ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção Única Da Fiscalização

Art. 372. Todas as funções referentes a cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendário e repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas,



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo único. Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação de “fisco” ou “fazenda municipal”.

Art. 373. Com finalidade de obter elementos que lhe permitem verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações, previstas, a fazenda municipal poderá:

I - exigir a qualquer tempo a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador da obrigação tributária;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamento, e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributáveis;

III - exigir informações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis.

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozam de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º. Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis, e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, prestadores de serviços, ou produtores ou da obrigação destes de exibí-los.

§ 3º. A notificação que trata o presente artigo e seus incisos, poderá ser:

I - pessoalmente;

II - por via postal;

III - por publicação na imprensa local, oficial ou não.

Art. 374. Mediante intimação por escrito, são obrigados a prestar a fazenda municipal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios, ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;

VIII - os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;

IX - os responsáveis por repartições do Governo Federal, Estadual, ou Municipal da administração direta ou indireta;

X - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classes;

XI - quaisquer outras entidades ou pessoas que em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título de qualquer forma, informações sobre bens, negócios, ou atividades de terceiros.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a manter segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão.

Art. 375. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedado a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim por parte do fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:

I - a prestação de mútua assistência para fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações dos órgãos federais, estaduais e municipais, nos termos do artigo 199 do Código Tributário Nacional;

II - os casos de requisição regular da autoridade judiciária, no interesse da justiça.

Art. 376. O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único. Os livros e registros que trata o presente artigo será regulamentado por atos da administração fazendária.

Art. 377. A autoridade da administração fazendária, que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados em formulários ou livros próprios para registros de ocorrências de atos fiscais, quando lavrados em formulários em separado, oferecerá para a pessoa fiscalizada, cópia autenticada pela autoridade que proceder a diligência.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Título VIII

DÍVIDA ATIVA

Capítulo Único

Da Dívida Ativa

Art. 378. Constitui Dívida Ativa do Município a proveniente de crédito tributário ou não tributário, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento previsto em lei, regulamento ou por decisão proferida em processo regular.

§ 1º. A Dívida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, abrangendo a atualização monetária, juros, multas, tarifas, preços públicos, e outros créditos, decorrentes de indenizações e restituições bem como os demais encargos previstos em lei, contrato, não excluindo esses encargos a liquidez do crédito;

§ 2º. A Fazenda Municipal, poderá, acrescer ao valor apurado no parágrafo anterior, a cobrança de adicional a título de ressarcimento de despesas administrativas decorrentes do lançamento em Dívida Ativa, de até de 20% do valor apurado.

Art. 379. A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e a certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes do final daquele prazo.

Parágrafo único. A inscrição em dívida ativa de qualquer crédito tributário ou não tributário, poderá ser levada a efeito, imediatamente após o vencimento de cada parcela ou de seu total, observando-se o prazo legal.

Art. 380. O termo de inscrição da Dívida Ativa, obrigatoriamente deverá conter:

I - o nome do devedor e dos co-responsáveis, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem, e sua natureza e o fundamento legal, contratual, ou ato que deu origem ao crédito;

III - o valor originário do crédito, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora, multa, correção monetária e demais encargos previstos em lei, contrato ou ato;

IV - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa;

V - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se nele estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

e será autenticada pela administração fazendária.

§ 2º. O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser efetuados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º. As dívidas relativas a um mesmo devedor, quando conexas, ou subsequentes, poderão ser englobadas numa única certidão.

§ 4º. Até a decisão de primeira instância, a certidão de dívida ativa poderá ser emendada, substituída ou alterada, assegurando ao executado a devolução do prazo para embargos.

§ 5º. A Dívida Ativa, regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

§ 6º. A presunção a que se refere o parágrafo anterior é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

Art. 381. Exceto os casos de anistia concedidas em lei ou mandado judicial, é vedado receber os créditos inscritos em Dívida Ativa, com desconto ou dispensa das obrigações principais acessórias.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no presente artigo implicará ao infrator ou a quem autorizar tal ato, a indenização ao Município da quantia que deixar de receber, sem prejuízo das penalidades cabíveis prevista na responsabilidade funcional.

Art. 382. As certidões de dívida ativa, para cobrança judicial deverão conter os elementos previstos no artigo 379 deste Código.

Art. 383. Fica o chefe do executivo municipal, autorizado a cancelar créditos inscritos e dívida ativa nos seguintes casos:

I - de contribuintes falecidos sem deixar bens que expressem valor;

II - quando julgados improcedentes em processos regulares;

III - quando a inscrição for efetuada indevidamente, comprovada pelo sujeito passivo, comprovando o pagamento da obrigação fiscal, ou não;

IV - quando a importância do crédito for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma UFM de Rio Branco do Sul.

V - quando o sujeito passivo tratar-se de pessoa física comprovadamente incapaz para liquidar a obrigação tributária, após vistoria efetuada pelo órgão de ação social competente para tal atividade.

Art. 384. A cobrança da Dívida Ativa do Município de Rio Branco do Sul será procedida:

I - Por via amigável, quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II - Por via judicial, quando processada pelos órgãos judiciários.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 1º. Na cobrança da Dívida Ativa, a administração fazendária, mediante solicitação da parte, poderá parcelar o débito em até 12 (doze) parcelas, após verificada as condições do sujeito passivo, quanto às situações financeiras e de saúde, sem dispensar os juros de 1% (um por cento) sobre o valor parcelado.

§ 2º. A falta de pagamento de quaisquer das parcelas referente ao parágrafo anterior tornará o parcelamento sem efeito.

§ 3º. Para efetuar o parcelamento da dívida ativa, o sujeito passivo ou seu representante, firmará termo de confissão de dívida junto ao Município de Rio Branco do Sul, o qual dá o direito do Município dar procedimento da cobrança do débito, na falta do pagamento de parcelas ou do total da dívida, sem notificação ou aviso por parte da administração fazendária.

Art. 385. A execução fiscal poderá ser promovida contra:

I - o devedor;

II - o fiador;

III - o espólio;

IV - a massa falida;

V - o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

VI - os sucessores a qualquer título.

§ 1º. Ressalvado o disposto neste código, o síndico, o comissário, o liquidante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se antes de garantidos os créditos da fazenda pública municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem solidariamente, pelo valor desses bens.

§ 2º. À Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.

§ 3º. Os responsáveis, inclusive as pessoas indicadas no § 1º deste artigo, poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis, ficarão, porém, sujeito à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

§ 4º. Aplica-se à Dívida Ativa de natureza não tributária o disposto nos artigos 186 e 188 a 192 do Código Tributário Nacional - CTN.

Art. 386. A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação ou do inventário.

Art. 387. A petição inicial indicará apenas:

I - o juiz a quem é dirigida;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

II - o pedido;

III - o requerimento para a citação.

§ 1º. A petição inicial será instruída com a Certidão de Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§ 3º. A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.

§ 4º. O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

Art. 388. O despacho do juiz que deferir a petição inicial importa em ordem para:

I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas neste código;

II - penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito ou fiança;

III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele ocultar;

IV - registro da penhora ou de arresto, independentemente do pagamento de custas ou de outras despesas, observado o disposto neste código;

V - avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

Art. 389. O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multas de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

I - a citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se o Município não a requerer por outra forma;

II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado; ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal;

III - se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por oficial de justiça ou por edital;

IV - O edital será afixado na sede do juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com prazo de 30 (trinta) dias, e conterá, apenas a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo.

Parágrafo único. O despacho do juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição do crédito tributário ou não.

Art. 390. Aplicar-se-á nos demais casos a Lei Federal nº 6.830 de 22/09/80, que regulamenta a cobrança da Dívida Ativa.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Título IX Capítulo Único Das Certidões Negativas

Art. 391. A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento próprio.

Art. 392. A certidão será fornecida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do protocolo que requereu o documento, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvado erros ou falta de informações na solicitação do requerente que interromperá este prazo.

Parágrafo único. Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida, e o pedido arquivado, dentro prazo fixado no presente artigo.

Art. 393. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 394. A certidão negativa poderá ser expedida pelos sistemas manual, mecânico ou processo eletrônico.

Art. 395. Sempre será exigida a certidão negativa para:

I - aprovação de projetos de , loteamentos, qualquer tipo de edificações;

II - concessão de serviços públicos;

III - licitações em geral;

IV - baixa ou cancelamento de inscrições de pessoas físicas ou jurídicas do cadastro mobiliário;

V - para inscrição de pessoas físicas ou jurídicas no cadastro mobiliário, tratando-se de sociedade inclusive dos sócios;

Art. 396. Ocorrendo expedição de certidão negativa e havendo débitos a vencer, será informado o valor do débito.

Parágrafo único. O prazo de validade da certidão negativa é de 30 dias a contar da data de sua expedição, isto quando não constar débito a vencer.

Art. 397. Sem prova por certidão negativa, ou por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos aos imóveis.

Parágrafo único. As pessoas enumeradas no referido artigo que transgredirem as



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

normas estabelecidas, ficam obrigadas pelo pagamento do respectivo débito tributário.

Art. 398. A Certidão Negativa não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal em exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

Título X

Capítulo I

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

Seção I

Disposição Gerais

Art. 399. O procedimento tributário terá início com:

- I - notificação do lançamento, nas formas previstas neste Código;
- II - lavratura do auto de infração;
- III - lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais.

Parágrafo único. A impugnação instaura a fase litigiosa do procedimento.

Seção II

Do Auto de Infração

Art. 400. Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração pelo fisco municipal

§ 1º. Constitui infração fiscal, toda e qualquer ação ou omissão que importe em inobservância da legislação tributária.

§ 2º. Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 401. O auto de infração será lavrado por agente da fazenda pública municipal ou por fiscais, de receitas tributária, de posturas municipais, vigilância sanitária, obras e serviços públicos, ou por qualquer outro servidor com atribuições específicas, e conterà obrigatoriamente:

- I - a qualificação, endereço e a inscrição municipal do autuado e testemunhas, se presente ao ato da lavratura;
- II - o local, a data e hora da lavratura;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- III - a descrição dos fatos;
- IV - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;
- V - o valor do crédito tributário, quando devido;
- VI - a assinatura do autuado, do seu representante legal ou preposto;
- VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;
- VIII - a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula ou RG - Registro Geral.

§ 1º. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou recusar-se em assinar o auto de infração, far-se-á necessário mencionar as circunstâncias.

§ 2º. A assinatura do autuado não implica em confissão de sua falta, e nem a recusa invalida o auto de infração ou em agravação da penalidade.

§ 3º. As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

Art. 402. Serão apreendidos bens móveis ou mercadorias, livros ou outros documentos, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

Art. 403. A apreensão somente se fará lavrando-se termo de apreensão, devidamente fundamentado e a qualificação do depositário, se for o caso além dos demais requisitos mencionados no artigo 400 deste Código.

Parágrafo único. O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma estabelecida para o Auto de Infração.

Art. 404. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e após o trâmites legais.

Art. 405. Da lavratura do auto de infração será intimado o autuado:

- I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante a entrega da cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante ou preposto, com contra recibo datado no original, havendo recusa constar do próprio auto de infração o fato.
- II - por via postal, endereçado ao domicílio fiscal do autuado, por meio de Aviso de Recebimento - AR;
- III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias quando o resultado for improfícuo o meio referido no inciso I.

Art. 406. As intimações subsequentes à inicial, far-se-ão pessoalmente, por carta ou edital, conforme as circunstâncias.

Art. 407. Aceitando-se o auto de infração, e o autuado efetuando o pagamento dentro do prazo determinado, a multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) do seu valor, exceto a moratória e o imposto devido se for o caso.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Art. 408. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem o despacho da autoridade fazendária, sob pena de responsabilidade funcional e sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção III Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 409. A apuração das infrações fiscais à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas serão procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Art. 410. O processo administrativo-fiscal tem início e se formaliza na data em que o autuado integrar a instância com a impugnação ou, na sua falta, ao término do prazo para sua apresentação.

§ 1º. A impugnação apresentada tempestivamente, contra o lançamento ou auto de infração terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos, objeto dos mesmos.

§ 2º. A impugnação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito de intimação.

§ 3º. Não sendo cumprida, nem impugnada a exigência, será declarada a revelia do autuado.

Art. 411. O contribuinte que discordar com o lançamento ou auto de infração, poderá impugnar a exigência fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da intimação do auto de infração ou do lançamento, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, alegando de uma só vez, toda a matéria que entender útil, instruindo-a com os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal despachará a petição de impugnação, remetendo-a ao Secretário de Finanças do Município, ou para o Diretor equivalente.

Art. 412. A impugnação obrigatoriamente conterá:

- I - qualificação, endereço e inscrição municipal do contribuinte impugnante;
- II - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- III - o pedido com as suas especificações;
- IV - as provas com que pretenda demonstrar a veracidade dos fatos alegados.

Parágrafo único. Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao autuado o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo-fiscal.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

Art. 413. O órgão julgador de primeira instância, no caso, o Secretário de Finanças do Município ou Diretor equivalente, recebida a petição de impugnação, determinará a autuação da impugnação abrindo vista da mesma do chefe do Departamento de Fiscalização, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, informar e pronunciar-se quanto a procedência ou não da defesa.

Art. 414. O julgador, a requerimento do impugnante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências, requisitar documentos ou solicitar informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

Art. 415. Antes de proferir a decisão, o Secretário de Finanças encaminhará o processo ao Departamento Jurídico do Município, para a apresentação do parecer próprio.

Art. 416. Contestada a impugnação, concluídas as eventuais diligências, e o prazo para produção de provas ou perempto o direito de apresentar defesa, o processo será encaminhado a autoridade julgadora que proferirá a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. A decisão conterá relatório resumido do processo, com fundamentação legais, conclusão e a ordem de intimação.

§ 2º. Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

Art. 417. O impugnante será intimado da decisão prolatada, na forma do artigo 405 e seus incisos, iniciando-se com esse ato processual o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso voluntário.

§ 1º. Não sendo interposto recurso, findo o prazo, deverá o impugnante recolher aos cofres do Município as importâncias exigidas, devidamente atualizada monetariamente, sob pena de ser esse crédito tributário inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança judicial.

§ 2º. Sendo a decisão final favorável ao impugnante, determinar-se-á, se for o caso no mesmo processo, a restituição total ou parcial do tributo indevidamente recolhido, monetariamente atualizado.

Seção IV

Dos Recursos

Art. 418. Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

I – voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II – de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 10 unidades fiscais do Município.

§ 1.º - O recurso terá efeito suspensivo.

Art. 419. Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 420. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo único – Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 421. A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 422. O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Seção V **Da Execução das Decisões Finais**

Art. 423. As decisões definitivas serão cumpridas das seguintes condições:

I - pela intimação ao contribuinte, no prazo de 10 (dez) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação, devidamente atualizado monetariamente;

II - pela intimação do contribuinte para vir receber a importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido a alienação, como previsto neste Código.

IV - pela imediata inscrição em dívida ativa, e a emissão da certidão de débito à cobrança judicial, via execução fiscal, nas formas previstas neste Código.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Seção VI Da Consulta

Art. 424. Ao contribuinte é assegurado o direito de formular consulta a respeito de interpretação da legislação tributária municipal, mediante petição dirigida à administração do Município de Rio Branco do Sul, desde que protocolada antes do início da ação fiscal, expondo minuciosamente os fatos concretos a que visa atingir, e os dispositivos legais aplicáveis à espécie, instruindo-a se necessário, com documentos.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese de matérias conexas, não poderão constar numa mesma petição, questões sobre mais de um tributo.

Art. 425. Da petição deverá constar a declaração, sob a responsabilidade do consulente, de que:

- I - não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou já instaurado, para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;
- II - não estar intimado para cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;
- III - o fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior (ainda não modificada), proferida em consulta ou litígio em que foi parte interessado.

Art. 426. Nenhum procedimento tributário será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Art. 427. A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributos, retido na fonte ou autolancamento ou lançamento por homologação, antes ou depois de sua apresentação.

Art. 428. Não produzirá efeito a consulta formulada nas seguintes condições:

- I - em desacordo com os artigos 423 e 424 deste Código;
- II - meramente protelatória, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva;
- III - que não descrevam completa e exatamente a situação de fato.
- IV - formulada por consulentes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, intimados de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art. 429. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvados o direito daqueles que procederam de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 430. A autoridade fazendária dará a solução no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de sua apresentação, encaminhando o processo para o Secretário



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

de Finanças, para decisão.

Parágrafo único. Do despacho proferido em processo de consulta, não caberá qualquer tipo de recurso, nem pedido de reconsideração.

Art. 431. O Secretário de Finanças, ao homologar a solução da consulta, fixará ao sujeito passivo prazo de não superior a 15 (quinze) dias, para o cumprimento da obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito cuja importância, se indevida, que será restituída no prazo de máximo de 30 (trinta) dias, contados da intimação ao consulente, devidamente atualizada.

Art. 432. A resposta à consulta será vinculante para a administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

Capítulo II CADASTRO FISCAL

Seção Única Disposições Gerais

Art. 433. O cadastro fiscal do Município compreende:

- I - cadastro imobiliário;
- II - cadastro das atividades econômicas;
- III - cadastro rural.

§ 1º. O cadastro imobiliário compreende:

- a) os lotes de terras edificados ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis;
- b) os imóveis mesmo que localizados em áreas rurais, mas que comprovadamente sejam utilizados para outros fins se não o agropastoril.

§ 2º. O cadastro das atividades econômicas compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuária, indústria, comércio e prestação de serviços qualquer que sejam, existentes no Município de Rio Branco do Sul.

§ 3º. Entende-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixos, conforme previsto na lista de serviços anexa ao presente Código.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

§ 4º. O cadastro rural compreende todos os imóveis localizados dentro do Município de Rio Branco do Sul, que não façam parte da área urbana do Município, contendo todas as informações necessárias para sua identificação, inclusive produção, e dos seus proprietários.

Título XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 434. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos previstos neste código Tributário ou legislação complementar.

Art. 435. Considera-se todos os ANEXOS e tabelas como parte integrante da presente lei.

Art. 436. A Unidade Fiscal Municipal - UFM, de Rio Branco do Sul será regulada por decreto.

Art. 437. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados neste Código Tributário.

Parágrafo único. Os prazos serão contínuos, excluído do seu cômputo o dia do início, e incluído o do vencimento.

Art. 438. Consideram-se parte integrante da presente lei, as tabelas e ANEXOS que a acompanham.

Art. 439. Todo sujeito passivo de tributos de qualquer esfera administrativa que ficar provado sua participação de forma direta ou indireta, ou que tenha contribuído para crime de natureza fiscal, terá seu alvará de licença cassado temporariamente ou definitivamente, dependendo de sua participação.

Parágrafo único. Considera-se crime de natureza fiscal toda ação ou omissão que resultar em redução ou sonegação de tributos com a intenção e dolo do sujeito passivo em deixar de recolher os valores efetivamente devidos aos sujeitos ativos.

Art. 440. A cassação do alvará de licença será efetuada mediante a solicitação do sujeito ativo que sofrer prejuízo tributário conforme previsto no artigo anterior

Parágrafo único. Para efetivar a cassação do alvará de licença do sujeito passivo, o sujeito ativo deverá solicitar junto ao Município de Rio Branco do Sul tal medida juntamente com o processo administrativo que condenou o infrator pelo crime cometido.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

Art. 441. O sujeito passivo que sofrer a penalidade prevista no artigo 438 deverá apresentar defesa no prazo máximo de dez dias a contar da data da notificação da cassação do seu alvará de licença, sob pena da penalidade tornar-se definitiva.

Art. 442. O Poder Executivo poderá regulamentar este Código e baixar normas necessárias à sua aplicação.

Art. 443. A Prefeitura, visando a otimizar o processo de arrecadação de receitas municipais, poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado.

Art. 444 O Poder Executivo poderá conceder Isenção ou remissão de créditos tributários, desde que identifique a origem dos recursos, necessários a sua cobertura.

Art. 445. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2002, com a denominação de CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

Art. 446. Fica revogada toda a legislação incompatível com a presente lei, especialmente a **Lei 337/89**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, em dezoito (18) de dezembro de dois mil e um (2001).

Bento Chimelli
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Estado do Paraná



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

Lei nº. 632 / 2003

Altera a lista de Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei Municipal nº. 569 / 2001, de 17-12-2001, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, JOANA FARIA ELIAS, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constante da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O Imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º O imposto sobre serviços de qualquer natureza não incidirá sobre:

- I - as exportações de serviços para o exterior do país;
- II- a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios gerentes e dos gerentes – delegados.
- III- O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos e operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

§ Único – Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no município, cujo resultado se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I e XXII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do artigo 1º desta lei ;

II – da instalação dos andaímes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa ;

III – da execução da obra, no caso dos serviços, descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa ;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa ;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa ;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa ;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa ;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa ;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa ;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa ;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa ;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa ;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços no subitem 11.01 da lista anexa ;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa ;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação ou guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa ;



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subítemos do item 12,13, da lista anexa ;

XVII – do Município onde está sendo executado, o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa ;

XVIII – do estabelecimento do tomador, da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa ;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa ;

XX - do porto, aeroporto, ferropo, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ - 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direto de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ - 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ - 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, executados os serviços descritos no subitem 20.01

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 5º O contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 6º Respondem solidariamente com o contribuinte pelo pagamento total do imposto e do crédito tributário dele decorrente, a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais, do principal.

§ Único – A solidariedade referida neste artigo, não comporta benefício de ordem, podendo a exigência administrativa ou judicial do pagamento do imposto ou crédito tributário dele correspondente ser feito a qualquer dos coobrigados ou a todos conjuntamente, não podendo os indicados exigir que em primeiro lugar se convoque ou execute ou execute o contribuinte.

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza :

I – O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa desta Lei.

Art. 8º As alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza ficam estabelecidas entre o mínimo de 2% e máximo 5% conforme especificação em cada item e subitem da lista de serviços anexa à presente lei.

§ Único – Quando não houver possibilidade de identificar com clareza a atividade do contribuinte em um dos subítem da lista de serviços, será considerado aquele percentual mencionado no item que mais se identificar com o ramo de atividade.

Art. 9º Ficam revogados os artigos 15,16 e seus parágrafos e o artigo 17 § único e altera o § 1º do artigo 18 e revoga “in totum” o anexo I, revoga o 2º grupo de classificação do anexo VIII, da lei municipal nº. 569/2001, de 17 de dezembro de 2.001 (Código Tributário Municipal).

Art. 10º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.004 .

Gabinete da Prefeita Municipal de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, em 28 de dezembro de 2.003 .

LISTA DE SERVIÇOS ANEXA À LEI MUNICIPAL Nº 632/2003 **DE 28 DE DEZEMBRO DE 2003** **(conforme Lei Complementar nº 116 de 31-07-03)**

1- Serviços de informática e congêneres.

1.01- Análise e desenvolvimento de sistemas
3%

1.02- Programação.
3%

1.03- Processamento de dados e congêneres.
3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

1.04- Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
3%

1.05- Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
3%

1.06- Assessoria e consultoria em informática.
3%

1.07- Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados.
3%

1.08- Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
3%

2- Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01- serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
5%

3- Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01- (VETADO)

3.02- Cessão de direito de usos de marcas e de sinais de propaganda.
4%

3.03- Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
4%

3.04- Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
5%

3.05- Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4%

4- Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01- Medicina e biomedicina.
3%

4.02- Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

4.03- Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, pronto-socorros, ambulatórios e congêneres.

3%

4.04- Instrumentação cirúrgica.

3%

4.05- Acupuntura.

3%

4.06- Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

3%

4.07- Serviços farmacêuticos.

3%

4.08- Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

3%

4.09- Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

3%

4.10- Nutrição.

3%

4.11- Obstetrícia.

3%

4.12- Ortóptica.

3%

4.13- Odontologia

3%

4.14- Próteses sob encomenda.

3%

4.15- Psicanálise.

3%

4.16- Psicologia.

3%

4.17- Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

3%

4.18- Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

3%

4.19- Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

3%

4.20- Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

3%

4.21- Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

4.22- Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

3%

4.23- Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação.

3%

5- Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01- Medicina veterinária e zootecnia.

3%

5.02- Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

3%

5.03- Laboratórios de análises na área veterinária.

3%

5.04- Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

3%

5.05- Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

3%

5.06- Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

3%

5.07- Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

3%

5.08- Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

3%

5.09- Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

3%

6- Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01- Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

5%

6.02- Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

5%

6.03- Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

5%

6.04- Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

5%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul

Estado do Paraná

6.05- Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
5%

7- Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01- Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
5%

7.02- Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3%

7.03- Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
5%

7.04- Demolição.
3%

7.05- Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
3%

7.06- Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
5%

7.07- Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
5%

7.08- Calefação.
5%

7.09- Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
3%

7.10- Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
3%

7.11- Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- 7.12- Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
3%
- 7.13- Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
5%
- 7.14- (VETADO).
7.15- (VETADO).
- 7.16- Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
3%
- 7.17- Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
3%
- 7.18- Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
3%
- 7.19- Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
3%
- 7.20- Aerofotogrametria (inclusive interpretação) cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
5%
- 7.21- Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. 5%
- 7.22- Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres. 5%
- 8- Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**
- 8.01- Ensino Regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. 2%
- 8.02- Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. 2%
- 9- Serviços relativos á hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**
- 9.01- Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviço). 2%
- 9.02- Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres. 2%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

9.03- Guias de Turismo.	2%
10- Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01- Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%
10.02- Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%
10.03- Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.04- Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3%
10.05- Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.06- Agenciamento marítimo.	3%
10.07- Agenciamento de notícias.	3%
10.08- Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.09- Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.10- Distribuição de bens de terceiros.	3%
11- Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01- Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.02- Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%
11.03- Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%
11.04- Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
12- Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01- Espetáculos teatrais.	2%
12.02- Exibições cinematográficas.	2%
12.03- Espetáculos circenses.	2%
12.04- Programas de auditório.	2%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

12.05- Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%
12.06- Boates, táxi-dancing e congêneres.	4%
12.07- Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.08- Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%
12.09- Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.10- Corridas e competições de animais.	2%
12.11- Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%
12.12- Execução de música.	2%
12.13- Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.14- Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	2%
12.15- Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2%
12.16- Exibição de filmes, entrevistas, músicas, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas de destreza intelectual ou congêneres.	2%
12.17- Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	2%
13- Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01- (VETADO).	
13.02- Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	4%
13.03- Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	4%
13.04- Reprografia, microfilmagem e digitalização.	4%
13.05- Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.	4%
14- Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01- Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

14.02- Assistência técnica.	3%
14.03- Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.04- Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%
14.05- Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%
14.06- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07- Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08- Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09- Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10- Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11- Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12- Funilaria e lanternagem.	3%
14.13- Carpintaria e serralheria.	3%
15- Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01- Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02- Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03- Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04- Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05- Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06- Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- 15.07- Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. 5%
- 15.08- Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins. 5%
- 15.09- Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionamentos mercantil (leasing). 5%
- 15.10- Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de títulos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. 5%
- 15.11- Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados. 5%
- 15.12- Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. 5%
- 15.13- Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. 5%
- 15.14- Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. 5%
- 15.15- Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. 5%
- 15.16- Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. 5%
- 15.17- Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. 5%
- 15.18- Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. 5%

16- Serviços de transporte de natureza municipal.



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

16.01- Serviços de transportes de natureza municipal.	3%
17- Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01- Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02- Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03- Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04- Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05- Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.06- Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.07- (VETADO).	
17.08- Franquia (franchising).	3%
17.09- Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.10- Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.11- Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12- Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.13- Leilão e congêneres.	3%
17.14- Advocacia.	3%
17.15- Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16- Auditoria.	3%
17.17- Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18- Atuaria e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19- Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20- Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- 17.21- Estatística. 3%
- 17.22- Cobrança em geral. 3%
- 17.23- Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). 3%
- 17.24- Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. 3%
- 18- Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**
- 18.01- Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. 5%
- 19- Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**
- 19.01- Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. 4%
- 20- Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**
- 20.01- Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escolteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. 5%
- 20.02- Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenamento de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. 5%
- 20.03- Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres. 5%
- 21- Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**
- 21.01- Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. 5%
- 22- Serviços de exploração de rodovia.**



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul Estado do Paraná

- 22.01- Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. 5%
- 23-Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**
- 23.01-Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. 3%
- 24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**
- 24.01- Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. 3%
- 25 - Serviços funerários.**
- 25.01- Funerais inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. 5%
- 25.02- Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. 5%
- 25.03- Planos ou convênio funerários. 5%
- 25.04- Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. 5%
- 26- Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondência, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**
- 26.01- Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres. 5%
- 27- Serviços de assistência social.**
- 27.01- Serviços de assistência social. 5%
- 28- Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**
- 28.01- Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. 5%
- 29- Serviços de biblioteconomia.**
- 29.01- Serviços de biblioteconomia. 3%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul **Estado do Paraná**

- 30- Serviços de biologia, biotecnologia e química.**
- 30.01- Serviços de biologia, biotecnologia e química. 3%
- 31- Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**
- 31.01- Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. 3%
- 32- Serviços de desenhos técnicos.**
- 32.01- Serviços de desenhos técnicos. 3%
- 33- Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**
- 33.01- Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. 5%
- 34- Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**
- 34.01- Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. 5%
- 35- Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**
- 35.01- Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. 5%
- 36- Serviços de meteorologia.**
- 36.01- Serviços de meteorologia. 2%
- 37- Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**
- 37.01- Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. 2%
- 38- Serviços de museologia.**
- 38.01- Serviços de museologia. 2%
- 39- Serviços de ourivesaria e lapidação.**
- 39.01- serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)2%
- 40- Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**
- 40.01- Obras de artes sob encomenda. 2%



Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Estado do Paraná